



Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciências da
Informação e Documentação – FACE
Departamento de Economia

A relação econômica Brasil e China: oportunidade ou ameaça?

Autor: Daniel de Britto Damasco

Orientador: Jorge Saba Arbache Filho

Brasília, DF

3 de julho de 2015

Monografia apresentada à banca examinadora da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade – FACE, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Economia.

A RELAÇÃO ECONÔMICA BRASIL E CHINA: OPORTUNIDADE OU
AMEAÇA?

Daniel de Britto Damasco

Aprovado por:

Jorge Saba Arbache Filho

Moisés de Andrade Resende Filho

Edson Silva de Farias

Brasília, DF, 3 de julho de 2015.

Este trabalho é dedicado à Mindy.

AGRADECIMENTOS

Aos professores ao longo dessa caminhada em especial ao professor Jorge Arbache por ter aceitado me orientar e pelo valoroso saber transmitido durante esse processo. Ao professor e amigo Edson de Farias ao qual tenho profunda admiração. Ao professor Moises Resende pela inestimável ajuda dada aos problemas que surgiram ao longo desse trajeto.

Para minha família em especial meu pai Ronan e minha mãe Denise que tiveram paciência comigo e me incentivaram a seguir em frente nos momentos difíceis. Aos meus irmãos Gustavo e Mariana.

A todos os meus familiares. A todos meus amigos, em especial à amiga Denise e ao amigo Henrique ao apoio que me deram nessa caminhada.

RESUMO

Esse trabalho aborda a questão da relação econômica Brasil e China, se essa pode ser vista como uma oportunidade ou uma ameaça para o Brasil. Para isso são apresentadas visões contrastantes a respeito dessa parceria e são ressaltados os pontos positivos e negativos da mesma. O principal fato a ser discutido é o padrão de comércio no qual o Brasil exporta matérias-primas e *commodities* e importa produtos industrializados e manufaturados. São usadas bases de dados a partir das quais são elaborados gráficos e tabelas para representar essa relação. Chega-se à conclusão de que a China pode ser uma oportunidade para o Brasil, mas diante da origem, do atual momento e da perspectiva para o futuro, a relação Brasil e China se mostra como sendo mais uma ameaça para o Brasil do que uma oportunidade.

Palavras-chave: Brasil, China, relação econômica, relação bilateral sino-brasileira.

ABSTRACT

This work addresses the question of whether the economic relationship between Brazil and China should be seen as an opportunity or a threat for Brazil. For this purpose, contrasting points of views in regards to this partnership are presented, and positive and negative points of the partnership are highlighted. The primary fact discussed is the trade pattern in which Brazil exports raw materials and commodities and imports industrialized and manufactured products. Databases are used as the source for the author's charts and tables to represent this relationship. The author's conclusion is that China can be an opportunity for Brazil; however, given its background, current situation, and perspective for the future, the relationship between Brazil and China seems to be more of a threat for Brazil than an opportunity.

Keywords: Brazil, China, economic relationship, Brazil-China bilateral relationship.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Exportações do Brasil para China.....	36
Gráfico 2: Exportações do Brasil para os Estados Unidos.....	38
Gráfico 3: Exportações do Brasil para a União Europeia.....	39
Gráfico 4: Índice termos de troca do Brasil.....	40
Gráfico 5: Crescimento do PIB da China.....	40
Gráfico 6: Fabricação de produtos têxteis no Brasil.....	44
Gráfico 7: Importações do Brasil de produtos têxteis chineses.....	45
Gráfico 8: Confecção brasileira de artigos de vestuário e acessórios.....	45
Gráfico 9: Importações do Brasil de artigos de vestuário e acessórios chineses.....	45
Gráfico 10: Produção brasileira de calçados e outros artigos de couro.....	46
Gráfico 11: Importações do Brasil de calçados chineses.....	47
Gráfico 12: Exportações do Brasil para América do Sul, Central e Caribe.....	49
Gráfico 13: Exportações da China para América Latina e Caribe.....	49
Gráfico 14: Exportações do Brasil para África.....	50
Gráfico 15: Exportações da China para a África.....	50
Gráfico 16: Valor de projetos de investimento chineses no Brasil em 2013.....	52
Gráfico 17: Investimentos chineses por setor no Brasil no período de 2005 a junho de 2014.....	53

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Pauta de exportações brasileira.....	41
Tabela 2: Exportações brasileiras para China em 2014.....	43
Tabela 3: Importações brasileiras da China em 2014.....	43
Tabela 4: Correlação entre a produção têxtil brasileira e as importações chinesas dos mesmos produtos.....	45
Tabela 5: Correlação entre a confecção de artigos do vestuário e acessórios e importações chinesas dos mesmos produtos.....	46
Tabela 6: Correlação entre a produção brasileira de calçados e outros artigos e couro e as importações chinesas de calçados.....	47
Tabela 7: Correlação entre as exportações brasileiras e as exportações chinesas para América do Sul e Caribe e América Latina e Caribe.....	49
Tabela 8: Correlação entre as exportações brasileiras e as exportações chinesas para África.....	50
Tabela 9: Principais parceiros comerciais da China em 2014.....	54
Tabela 10: Balança comercial do Brasil com a China em valor agregado.....	66
Tabela 11: Balança comercial em valor agregado do Brasil com a China para manufaturas.....	67
Tabela 12: Balança comercial em valor agregado do Brasil com a China em produtos agrícolas, de caça, floresta e pesca.....	68
Tabela 13: Balança comercial em valor agregado do Brasil com a China para minérios e pedras.....	68
Tabela 14: Exportações brasileiras para China em US\$ dólares.....	70
Tabela 15: Exportações chinesas para o Brasil em US\$ dólares.....	71

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2.1. HISTÓRICO DA RELAÇÃO BRASIL E CHINA.....	14
2.2. REVISÃO DE LITERATURA.....	25
3. A ATUAL RELAÇÃO BRASIL E CHINA.....	36
4. FUTURO E PERSPECTIVAS DA RELAÇÃO BRASIL E CHINA.....	57
5. CONCLUSÃO.....	73
REFERÊNCIAS.....	76

1. INTRODUÇÃO

Analisar a relação econômica Brasil e China não é uma tarefa simples. Iniciada formalmente em 1812, como apresenta Baumann (2009), essa relação evoluiu até a China tornar-se o principal parceiro comercial brasileiro na atualidade, o que faz com que o comércio e os investimentos chineses tenham grande importância para economia brasileira.

Mesmo com vários períodos de distanciamento e crises entre os dois países, a relação Brasil e China sobreviveu e se revigorou, sobretudo, a partir do ano de 2003, conforme aponta Becard (2011). Como exemplo, a China anunciou em maio deste ano um investimento de mais de 50 bilhões de dólares no Brasil que incluirá, entre outros projetos de logística e infraestrutura, a ferrovia Transoceânica Brasil-Peru, que pretende interligar o oceano Atlântico brasileiro ao Pacífico, passando pelo Peru.

Observando o recente anúncio de investimento da China no Brasil, é possível sustentar que essa fonte de investimento e comércio diferem da relação dos Estados Unidos e países da América Latina incluindo o Brasil (RATLIFF, 2009). Tais fatos estimularam e impulsionaram uma aproximação entre o Brasil e a China para fazer frente ao investimento e ao comércio norte-americano.

Além de ser um parceiro alternativo aos Estados Unidos, questiona-se se o investimento chinês e o comércio com o mesmo país são positivos para o Brasil. Cunha (2011) aponta que alguns analistas argumentam que o investimento chinês pode compensar a insuficiência de poupança doméstica e que também sanem os gargalos da infraestrutura brasileira.

No entanto, é preciso uma análise mais profunda dos investimentos da China no Brasil. É necessário avaliar também se o atual anúncio de investimento de mais de 50 bilhões da China no Brasil se realizará ou não. Uma análise de como são segmentados os investimentos chineses no Brasil e se eles são positivos ou não para o mesmo será feita mais adiante nesta monografia.

Além de investidor no Brasil, a China, como mencionado, é o principal parceiro comercial brasileiro. O fluxo de comércio com esse país superou

parceiros tradicionais como a Argentina, os Estados Unidos e a União Europeia. O Brasil também concentrou, nos últimos anos, suas exportações para a China em detrimento de outros países, conforme será apresentado em seções adiantes nessa monografia.

A partir dos anos 2010 e 2011 ocorreu também o grande salto comercial entre os dois países. Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, as exportações brasileiras para a China cresceram de 30,79 bilhões de dólares para 44,31 bilhões de dólares em valores aproximados de 2010 para 2011. Esse valor é extremamente elevado quando se compara aos primeiros dados de exportações brasileiras para China disponíveis no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, que eram de aproximadamente 630 milhões de dólares em 1989.

Assim, o aumento do comércio bilateral com a China apresenta consequências imediatas para economia brasileira como o aumento nos termos de troca e um padrão de comércio pautado pelas exportações de *commodities* e matérias-primas e importações de manufaturas e produtos industrializados, por parte do Brasil em relação à China.

Dessa forma, essas consequências podem ser encaradas como positivas ou negativas dependendo do ponto de vista. Cunha (2011) classificou os analistas da relação sino-brasileira em otimistas e pessimistas dependendo dos pontos ressaltados. Essa forma de se analisar essa relação também se estende para outros autores como De Holanda (2011), que elenca elementos de aproximação e de diferenciação dos dois países.

Mais do que assumir um lado no debate a respeito das consequências do comércio bilateral da China com o Brasil, é necessário reconhecer essas duas visões. Dessa forma, um autor que pode ser classificado como otimista em relação a essa parceria é Barbosa (2011) que contrasta com a análise feita por Arbache (2011), que se classifica como pessimista em relação aos efeitos da relação brasileira com a China.

Sendo assim, o objetivo dessa monografia é apresentar as origens da relação sino-brasileira, questionar se ela é positiva ou não para o Brasil, apontar o atual cenário dessa relação, apontar políticas que podem ser adotadas pelo

Brasil e traçar perspectivas futuras para a mesma parceria. Cabe ressaltar que a questão em que se pauta essa monografia é compreender se a relação China Brasil é uma oportunidade ou ameaça para o Brasil.

Para isso, pretende-se responder aos seguintes questionamentos: quando começou a parceria Brasil e China? Quais são as fases dessa parceria? Ela pode ser encarada como positiva para o Brasil? Por que? Ela pode ser encarada como negativa para o Brasil? Por que? Quais são os principais impactos dessa relação na economia brasileira? Esses impactos estão mais próximos dos elementos positivos ou negativos levantados pelos analistas? Quais medidas de política o Brasil pode adotar em relação à China? Quais as perspectivas da relação sino-brasileira? O padrão atual da parceria tende a continuar em um futuro próximo? Que conclusões pode se tirar dessa parceria?

Essa monografia possui cinco seções. A primeira é esta que introduz o tema e a relação Brasil e China. A segunda apresenta as origens da relação sino-brasileira e uma revisão de literatura. A terceira seção aborda o atual cenário da relação Brasil e China e seus impactos na economia brasileira. A quarta seção apresenta uma perspectiva de políticas que o Brasil pode adotar em relação à China e perspectivas a respeito dessa parceria. Por fim, a quinta e última seção conclui com os aspectos mais relevantes levantados nesse estudo.

Para tratar essas questões serão apresentados gráficos e tabelas com base nos dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), do *International Trade Centre* (ITC), do *Trade in Value Added* (TiVA) da OCDE, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Banco Mundial e do *The China Global Investment Tracker* da *American Enterprise Institute* e do *The Heritage Foundation*.

2.1. HISTÓRICO DA RELAÇÃO BRASIL E CHINA

A relação sino-brasileira não é recente. Segundo Baumann (2009), o primeiro projeto econômico sino-brasileiro é datado no ano de 1812, em que o imperador brasileiro importou trabalhadores chineses para desenvolver uma plantação de chá perto do Rio de Janeiro. Villela (2004) destaca que houve outros contatos entre os governos brasileiro e chinês, que ocorreram no final do século XIX. A intenção do governo brasileiro era trazer mão-de-obra chinesa para atender à demanda brasileira por força de trabalho, em especial na indústria cafeeira. No entanto, a imigração chinesa como força de trabalho não se concretizou, pois houve uma recusa por parte do governo chinês. Para Oliveira (2003), o principal motivo para a recusa por parte do governo chinês foi a dúvida de como se comportaria no Brasil a mão de obra imigrante chinesa, visto que a mão-de-obra escrava ainda era mantida no país.

Segundo Fujita (2003), as relações formais entre os dois países ocorreram também no século XIX, quando uma missão especial integrada pelo ministro plenipotenciário Eduardo Calado, o almirante Arthur Silveira da Mota (Barão de Jaceguay) e o secretário Henrique Carlos Ribeiro firmou em 5 de setembro de 1880, o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação em Tientsin, posteriormente substituído por um novo acordo em 3 de outubro de 1881. Já na virada do século, em 1900, uma nova onda de chineses imigrou para São Paulo, marcando o primeiro elo migratório sino-brasileiro no século XX (SHIN, 2008). Segundo Villela (2004) e Baumann (2009), as relações que se seguiram, do início do século XX até o estabelecimento da República Popular da China em 1949, eram esporádicas.

A relação bilateral sino-brasileira pode ser dividida em cinco momentos distintos a partir de 1949, quando foi fundada a República Popular da China: i) o período da gestação dessa relação, que compreende os anos de 1949 até 1974; ii) o período da fixação das bases dessa relação que durou entre os anos 1974 a 1990; iii) uma crise na relação bilateral que ocorreu de 1990 até 1993; iv) o estabelecimento de uma parceria estratégica de 1993 ao ano de 2003 e v) a

maturação da relação bilateral sino-brasileira, que ocorre a partir de 2003 até os dias atuais (BECARD, 2011).

Segundo Becard (2011), a primeira fase das relações sino-brasileiras, que ocorreu entre o ano de 1949 até 1974, foi marcada de um lado com a China dando prosseguimento ao seu plano de libertação nacional, e de outro lado pelo o Brasil interessado em alargar sua lista de parceiros comerciais, aumentando seu prestígio internacional. É possível dividir esse período em três partes: os anos 1950, os anos 1960 e os anos 1970, até meados dessa mesma década.

Segundo Ratliff (2009), na década de 1950, a China tentou desenvolver relações amistosas com o Brasil e a América Latina, baseada nas reais e alegadas semelhanças históricas e interesses em comuns, principalmente no que se refere ao ponto de atacar o “Imperialismo Norte-americano”. No entanto, segundo o mesmo autor, o programa chinês não passou de uma “cultura diplomática”, que consistia em visitas de chineses ao Brasil e outros países latino-americanos.

Na década de 1960, é possível dividir em dois momentos a relação bilateral sino-brasileira: o momento antes da ditadura militar e o momento pós ditadura militar, até o final desta década. Segundo Mora (1999), a China enfatizou a necessidade para uma guerrilha armada na América Latina, marcado por um forte sentimento antiamericano. Dessa forma, Cuba, de Fidel Castro, seria um modelo para os países da América Latina, segundo a China na época. Por outro lado, o Brasil, segundo Becard (2011), buscou aproximar-se da China, no início dos anos de 1960, afirmando que desacordos ideológicos não deveriam impedir que o país mantivesse relações com todos os povos. O ápice dessa política externa brasileira com a China é a visita do vice-presidente João Goulart em 1961, tornando-se o primeiro governante brasileiro a realizar uma visita oficial naquele país.

Com o regime militar instaurado em 1964, o governo de Castello Branco rompeu relações diplomáticas com a China, por conta de sua política externa independente adotada na época, que alinhava o Brasil às potências ocidentais, e automaticamente, aos Estados Unidos (BECARD, 2011). As relações com a China foram rompidas sob a influência das ideias discriminatórias e do repúdio

às práticas comunistas revolucionárias. Segundo Becard (2011), é possível apontar vários fatores que dificultaram o desenvolvimento de uma verdadeira política externa chinesa para América Latina, nas décadas de 1950 e 1960, em especial, a falta de recursos financeiros, a diplomacia marcadamente isolacionista da China e a preponderância dos Estados Unidos na América Latina.

Já durante os anos 1970, o principal interesse da China foi fortalecer seus contatos com países industriais, principalmente Estados Unidos e Japão, na esperança de adquirir capital e tecnologia para uma modernização econômica (MORA, 1999). Dessa forma, observa-se uma postura menos ideológica e mais pragmática na condução da política externa chinesa (BECARD, 2011). Se anteriormente, o objetivo era a busca por segurança e independência por parte da China, nesta década, o objetivo passa a ser principalmente o desenvolvimento nacional. O Brasil, por sua vez, passou também a adotar aos poucos uma atitude mais pragmática e menos ideológica na condução de sua política externa com o objetivo de aumentar as possibilidades de diversificar os parceiros comerciais e abrir novos mercados (BECARD, 2011). No entanto, uma virada rumo ao estabelecimento de bases nas relações sino-brasileiras, só foi possível com o fim do governo Médici em 1974, que ainda estava muito atrelado à ideologia de segurança nacional e combate ao comunismo.

Com o governo militar de Ernesto Geisel (1974-1978) foi possível a fixação de novas bases das relações sino-brasileiras, que levou ao segundo momento histórico das relações sino-brasileiras que durou até 1990. Com o governo Geisel, foi adotado um pragmatismo responsável e uma maior flexibilidade ideológica, tornando possível a cooperação com a China (BECARD, 2011). Quanto à China, a partir da metade da década de 1970, o país começou a crescer em média 10% ao ano e percebeu que necessitaria de matérias-primas de fora. Esses dois fatores culminaram em 1978 com o Primeiro Acordo Comercial entre Brasil e China (BECARD, 2011). Segundo Becard (2011), os produtos que eram exportados pelo Brasil foram sobretudo produtos primários como algodão, açúcar, farelo de soja e petróleo e os produtos importados da China foram elementos químicos e farmacêuticos. No entanto, para a mesma autora, em termos gerais, apesar deste reconhecimento diplomático, os anos de 1970 não trouxeram grandes resultados para as relações sino-brasileiras, uma

vez que o conhecimento mútuo e os recursos financeiros foram insuficientes para fomentar as relações entre os dois países.

A pedra angular de reaproximação diplomática sino-brasileira veio em 1982, quando ocorreu a visita do chanceler brasileiro Saraiva Guerreiro em Pequim, seguido pela visita do então presidente João Figueiredo (ABDENUR, 2011). Na época, a política externa chinesa era descrita conforme a *Beijing Review* que pregava: a independência de qualquer grande bloco de países ou de pressão de qualquer nação poderosa, o desenvolvimento de relações com todos os países sobre a base dos princípios da coexistência pacífica, oposição às hegemonias, fortalecimento da unidade do Terceiro Mundo e as “portas abertas” que era uma política de flexibilidade econômica (MORA, 1999). Tal postura, adotada pela China, permitiu a possibilidade de ganhos concretos nas áreas econômica, científica e tecnológica, levando a assinatura de mais de 20 atos bilaterais que permitiam a institucionalização das relações e enquadramento de ações futuras com o Brasil (BECARD, 2011).

Segundo Becard (2011), a partir dos anos 1980, a China também adotou estratégias de desenvolvimento baseadas na ampliação de suas relações internacionais, sobretudo, com vistas à aquisição e dominação de tecnologias avançadas que faziam parte do projeto das Quatro Modernizações – agricultura, indústria, ciência e tecnologia. Também era de interesse chinês a conservação de sua independência internacional e a aquisição de status de igual aos grandes de forma que o desenvolvimento nacional e a segurança interna passaram a ter maior peso que a ideologia, como fator chave da política externa. Não por acaso, em sua visita a América Latina no ano de 1985, o Primeiro Ministro chinês da época ressaltou sete supostas semelhanças da China com a região que incluíam: i) o sofrimento no passado na mão de opressores estrangeiros, ii) o fato das duas regiões pertencerem ao Terceiro Mundo e compartilharem o desafio comum do desenvolvimento, iii) ambos os territórios serem abençoados com abundantes recursos naturais, iv) ambos precisam de um ambiente de paz durável para erradicar o subdesenvolvimento, v) ambos procuravam uma política estrangeira independente e não alinhada, vi) ambos se esforçavam para aliviar a situação internacional tensa em um contexto de Guerra Fria e vii) ambos haviam sofrido as consequências de uma ordem econômica injusta.

Em relação ao Brasil, na década de 1980, o foco da política externa foi o investimento na política regional, principalmente com a Argentina. Também consistiu como foco de política externa, a árdua tarefa de identificação e aprofundamento de oportunidades de cooperação com outros países do sistema internacional, que incluíssem também países em condições de desenvolvimento similares ao Brasil. É nesse sentido que se observa as aberturas política e econômica nas relações internacionais do Brasil com outros países asiáticos que não sejam o Japão, no caso a China (BECARD, 2011).

Segundo os dados de Becard (2011), em meados da década de 1980, o comércio do Brasil com a China chegou a um recorde de mais de US\$ 1 bilhão na época, o que levou esse país a ser o segundo maior mercado asiático de exportações brasileiras, atrás apenas do Japão. Consistiam na pauta de mercadorias desse comércio a importação, por parte do Brasil, de petróleo, produtos químicos, produtos farmacêuticos e peças para máquinas. Por sua vez, fazia parte das exportações brasileiras o fluxo de minérios, produtos siderúrgicos, óleos vegetais, produtos agropecuários e também produtos químicos e farmacêuticos (BECARD, 2011). Por fim, cabe ressaltar, nesse período, a proposta de construção conjunta de satélites de sensoriamento remoto após a visita do então presidente do Brasil José Sarney à Pequim, em 1988. O projeto ficou conhecido como CBERS (*China-Brazil Earth Resource Satellite*) e se inseriu em um contexto de uma busca por autonomia do Brasil frente aos países desenvolvidos e busca, por parte da China, de contrabalançar as restrições às aquisições de tecnologia avançada impostas pelos países desenvolvidos (BECARD, 2011).

A crise que ocorreu na relação sino-brasileira nos anos de 1990 até 1993, foi gestada no final da década de 1980. Segundo Becard (2011), do lado brasileiro, fatores como transporte caro, infraestrutura deficitária e produtos poucos competitivos dificultaram a expansão do comércio com a China. Já do lado chinês a necessidade de ajustar o programa de reforma econômica e de efetuar melhorias na infraestrutura portuária e ferroviária dificultavam o comércio com o Brasil. Somaram-se a isso, a persistência do desconhecimento mútuo de hábitos e realidades particulares de cada um dos países mais e as limitações mútuas ao financiamento das exportações (BECARD, 2011). No Brasil, em

especial, a presença de crises financeiras e reformas internas gerou dificuldades para alavancar a cooperação com a China levando os brasileiros a descumprirem com suas obrigações financeiras perante o projeto CBERS, que entrou em uma fase de inércia na época (BECARD, 2011). Mas, por parte do Brasil, o que mais dificultou um aprofundamento da relação sino-brasileira foi o agravamento da questão da dívida externa, pressões inflacionárias e a moratória da dívida decretada em 1987, mesmo que no final da década de 1980 tenha sido em parte favorável o contexto de redemocratização para ampliação de novas frentes diplomáticas para com a comunidade internacional. Por parte da China, a repressão aos movimentos democráticos, no final da década de 1980, somado ao processo de desintegração da União Soviética com a queda do muro de Berlim em 1989, levaram com que o país asiático se isolasse no cenário internacional, afastando-se do seio do sistema internacional (BECARD, 2011).

No início dos anos de 1990, a China embarcou em uma campanha bastante divulgada para diversificação de suas exportações de forma a contrabalancear a dependência da China em relação ao mercado e capital norte-americano, em conjunto com as pressões políticas econômicas que Washington exercia no país asiático. Dessa forma, é observado um esforço enorme dos chineses em promover o comércio com países latino americanos, em especial o Brasil. No entanto, segundo Becard (2011), o que impediu esse comércio de ser levado adiante no início dos anos 1990 foi a política externa do governo do Presidente brasileiro Fernando Collor de Mello, que primava para convergência com países desenvolvidos em detrimento de parceiros alternativos como a China. Esse comportamento da política externa foi justificado diante da necessidade de recuperação de terreno e credibilidade, perdidos ao longo da década de 1980 devido à crise de endividamento, à instabilidade monetária e à estagnação da economia brasileira.

Becard (2011), aponta que, tanto o Brasil quanto a China tiveram dificuldades de criar medidas eficazes para ampliar o volume transacionado no comércio dos dois países. Também são encontradas dificuldades de ampliar a pauta de exportações que era concentrados na venda brasileira de minério de ferro, produtos siderúrgicos e óleo de soja e na outra ponta, a venda de produtos chineses como petróleo, carvão, químicos, farmacêuticos, têxteis, máquinas e

material elétrico. Outros fatos que pesavam negativamente para as relações entre os dois países foram a aproximação crescente da China com parceiros asiáticos em detrimento do comércio com outros países, a contenção das compras chinesas devido a ajustes no programa de reforma econômica do país e a substituição de produtos siderúrgicos brasileiros por produção local chinesa (BECARD, 2011). Tais fatos marcam, então, a relação econômica sino-brasileira, no início da década de 1990, que é caracterizado por uma crise na parceria dos dois países.

Se, por um lado, o início da década de 1990 foi marcado por uma crise nas relações econômicas sino-brasileiras, o restante dessa década até 2003 foi marcado pela construção de uma parceria estratégica. Com base na necessidade de romper seu isolamento que se encontrava desde o final dos anos 1980 e recuperar a posição estratégica perdida com o fim da Guerra Fria, a China inaugurou uma nova plataforma de aceleração e ampliação do processo de abertura ao exterior (BECARD, 2011). A dúvida brasileira dos anos 1990 de se decidir pela ampliação e diversificação de sua inserção internacional que envolvia laços mais estreitos com a China foi erradicada. Segundo Mora (1999), nesse tempo, indícios do que viriam a ser a natureza do comércio sino-brasileiro podem ser observados. Por exemplo, empresas chinesas de ferro e aço assinaram acordos com empresas brasileiras para produzir juntos de 5 a 6 milhões de toneladas de minério de ferro. Segundo dados do mesmo autor, o comércio Brasil e China registrou um acumulado nos anos de 1990 a 1995 de US\$ 6,1 bilhões em 1995. Becard (2011) corrobora esses dados, apontando que a partir do ano de 1994, as exportações voltaram a registrar valores próximos aos dos anos 1985, quando se estavam fixando as bases das relações sino-brasileiras.

A partir de 1994, o volume de comércio sino-brasileiro apresentava US\$ 820 milhões em exportações e US\$ 460 milhões em importações, o que levou as autoridades de ambos os países a considerarem esta parceria como sendo estratégica. A partir de 1993, o governo Itamar Franco tratou de imprimir um novo ímpeto ao relacionamento com a China em duas frentes: no plano bilateral com a construção conjunta de satélites de sensoriamento remoto, superando as dificuldades financeiras anteriores e no plano multilateral com

vistas a coordenação de esforços em prol da reestruturação da Organização das Nações Unidas e de seu Conselho de Segurança (BECARD, 2011).

Outro aspecto importante, foi que a China revelou através de sua política externa o interesse em estabelecer parcerias com países de vários níveis e profundidades, com o intuito de promover o desenvolvimento econômico-comercial e também aumentar sua própria segurança ao contrabalancear o peso de Japão, Índia e Estados Unidos em seu próprio entorno regional. Dessa forma, multilateralismo e terceiro-mundismo continuaram presentes no discurso diplomático da China uma vez que o país acreditava que esses elementos no discurso colaboravam para abertura econômica e inserção chinesa no mundo em termos de igualdade. Segundo Becard (2011), com a América Latina em particular, a China estabeleceu como principais metas a obtenção de recursos estratégicos, matérias-primas, mercados para seus exportadores e sobretudo a contenção da influência de Taiwan e de apoio político mútuo em fóruns internacionais. No governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), houve uma aposta na China no âmbito das áreas comerciais, de investimentos empresariais conjuntos e projetos de ciência e tecnologia, de forma que o Brasil procurou conciliar novas parcerias internacionais, incluindo a parceria com a China, com as relações mantidas com países desenvolvidos.

Segundo Baumann (2009), depois da entrada da China na Organização Mundial de Comércio (OMC) em dezembro de 2001, os laços comerciais e políticos sino-brasileiros entraram em uma vertiginosa multiplicação. Becard (2011) aponta que a partir de 2000, essa multiplicação no comércio se deu tanto pelo fim do Plano Real, ou seja, pela quebra na paridade entre o dólar e a moeda brasileira, como também pela superação da crise financeira na Ásia, em conjunto com o surgimento de novos fluxos de crescimento na China. Segundo dados da mesma autora, de 2000 a 2004 houve aumento de aproximadamente 350% das compras chinesas no Brasil, seguido por um aumento de 106% das compras brasileiras na China. Como resultado tem-se a transformação da China no quarto parceiro comercial do Brasil na época. Ainda na mesma obra, esta autora apresenta dados de que as exportações brasileiras para a China passaram de US\$ 1,6 bilhões nos anos 2000 para mais de US\$ 8 bilhões em 2004. Dessa forma o *market share* brasileiro em relação ao mercado chinês passou de 0,72%

(24º lugar entre os países exportadores) para 1,55% (14º lugar) entre os mesmos períodos. Em 2004, as importações chinesas ficaram concentradas em quatro países: Japão com 16,81%, Taiwan com 11,54%, Coreia do Sul com 11,09% e Estados Unidos com 7,96%. Por sua vez, as exportações chinesas no mesmo ano ficaram concentradas em mais da metade do valor em apenas quatro países: Estados Unidos com 21,06%, Hong Kong com 17%, Japão com 12,39% e Coreia do Sul com 4,69. Becard (2011) apresenta duas conclusões a respeito desses dados: a primeira é que parte dos ganhos alcançados por empresas brasileiras e chinesas, a partir dessas exportações, foi direcionado ao financiamento de novos empreendimentos em solos chinês e brasileiro de modo a aumentar a capacidade de produção e gerar melhorias de infraestrutura e transporte, alavancando dessa forma o investimento. A segunda conclusão é que os primeiros anos do século XXI foram excelentes no que diz respeito ao entendimento político entre Brasil e China, de forma que os entraves anteriores foram superados, gerando à amplificação das cadeias produtivas dos dois países. Esse entendimento permitiu a criação de mecanismos político-institucionais que marcaram a fase seguinte do relacionamento Brasil e China, denominada de relações maduras que se inicia no ano 2003 e continua até os dias atuais.

A quinta e última fase, conforme mencionado, começa nos anos 2003 e se estende até os dias atuais. O que marca, definitivamente, esta fase é a mudança para uma relação madura entre Brasil e China foi a visita histórica do Presidente Lula em 2004 à China com mais de 400 empresários brasileiros. Durante essa visita, foram formalizados nove atos bilaterais e 14 contratos empresariais. Essa visita se inseriu na remodelação da política externa brasileira da época pelo governo Lula (2003-2010), que tinha como interesse a ênfase na integração regional como nova forma de inserção internacional e na diversificação de parcerias, visando a transformação do Brasil em um *global trader* e *player*. Segundo Becard (2011), a aproximação com a China nesta época se justificou com a prioridade da diplomacia brasileira em busca de mercados em diferentes regiões do globo, enfatizando o universalismo como princípio fundamental da política externa. Por seu lado, a China passou a assumir um papel mais pró-ativo na política mundial e com o avanço da

modernização chinesa, baseada na industrialização intensiva, a política externa desse país buscou mercados, capital, tecnologia, energia e matéria-prima estrangeiros para sustentarem o desenvolvimento chinês, justificando a aproximação com a América Latina e o Brasil. A mesma autora conclui, que dessa forma, o Brasil e a China buscavam, de maneira progressiva, uma prática de política externa, pautada pelo pragmatismo e profissionalismo, de modo que se alcançasse com essas práticas resultados mais positivos para as políticas desenvolvimentistas de ambos os países.

Após a visita do Presidente Lula para a China, foi a vez do Presidente chinês Hu Jintao visitar o Brasil em novembro de 2004. Em uma palestra durante sua visita ao país, o Presidente Hu Jintao expressou os principais objetivos da China com o Brasil que foram: aprofundar o consenso estratégico fortalecendo a confiança política mútua, focar em trabalho prático com inovações aproveitando o potencial cooperativo e dar valor a intercâmbios culturais melhorado o conhecimento mútuo (RATLIFF, 2009).

Em maio do ano de 2009, quando estavam sendo comemorados os 35 anos das relações sino-brasileiras, o presidente Lula realizou sua segunda visita oficial a esse país. Nessa visita foram estabelecidas e ratificadas novas ferramentas de aproximação dos dois países, entre eles: a Agenda China de 2008, a Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concentração e Cooperação (Cosban) de 2006, o Diálogo Estratégico de 2007 e o Diálogo Financeiro Brasil-China de 2008. Dentre essas ferramentas se destaca a Agenda China que tem como objetivo: i) aumentar o conteúdo tecnológico das exportações ao mercado chinês com produtos de maior valor agregado, ii) equilibrar a balança comercial sino-brasileira com produtos industrializados brasileiros, iii) incrementar as exportações brasileiras de produtos intensivos no uso de recursos naturais e aumentar a participação brasileira em missões, feiras e iv) projetos específicos com a China ligados à política externa (BARRAL, 2008).

Em 2011, a atual Presidente Dilma Rousseff também visitou a China. Além de ressaltar aspectos como a paz, amizade, igualdade, apoio mútuo e desenvolvimento comum em relação com a China, a Presidente também enfatizou os objetivos similares dos dois países como a busca por um mundo

multipolar e crescimento mútuo das duas economias que seriam complementares, segundo a presidente brasileira. Para Becard (2011), a viagem da presidente Dilma Rousseff esteve concentrada nos seguintes pontos: i) abrir novas oportunidades de negócios para empresas brasileiras, ii) ampliar e diversificar o comércio bilateral com mais produtos brasileiros com valor agregado, iii) incentivar a realização de investimentos recíprocos, iv) promover a cooperação bilateral e v) propiciar transferência tecnológica.

Recentemente, em maio de 2015, o primeiro ministro chinês, Li Keqiang, fez uma visita ao Brasil no qual foi anunciado um futuro investimento de mais de 50 bilhões de dólares. Além de visitar o Brasil, o Primeiro Ministro chinês visitou outros países da América Latina, com o objetivo de viabilizar a ferrovia Transoceânica Brasil-Peru. Em Brasília, a presidente Dilma Rousseff e o primeiro ministro Li Keqiang assinaram 35 acordos entre os dois países.

Essa seção pretendeu responder as perguntas: “quando começou a parceria Brasil e China? Quais são as fases dessa parceria?” que foram levantadas na introdução. Em relação à primeira, a parceria Brasil e China começou no século início XIX (BAUMANN, 2009), mas só ganhou força no século XX quando foi fundada a República Popular da China. Já no século XXI destaca-se a visita do presidente Lula em 2004. Em relação à segunda pergunta, de acordo com Becard (2011), a relação bilateral Brasil e China pode ser dividida em cinco momentos a partir da fundação da República Popular da China: o período da gestação dessa relação, de 1949 até 1974; o período da fixação das bases dessa relação de 1974 a 1990; o período de crise na relação que ocorreu de 1990 até 1993; o período de estabelecimento de uma parceria estratégica de 1993 a 2003 e, por fim, o período de maturação da relação bilateral, que ocorre a partir de 2003 e vai até os dias atuais.

2.2. REVISÃO DE LITERATURA

Segundo Winters e Yusuf (2007), o comércio internacional é a via mais direta pela qual a expansão econômica chinesa afeta outras economias de países do globo. É possível identificar nessa mesma literatura quatro tipos de impactos da expansão chinesa na trajetória de crescimento econômico e desenvolvimento nacional dos países. O primeiro impacto se refere às oportunidades de exportação das outras economias para a China devido à crescente demanda chinesa por *commodities* e bens de capital. O segundo impacto se refere às oportunidades de importações de produtos chineses aos outros países, com destaque para os produtos manufaturados. O terceiro impacto se refere à competição nos mercados internacionais que os produtos chineses causam para as exportações de um país em questão. Por fim, o quarto impacto se refere a impactos comerciais indiretos, como por exemplo, a expansão dos preços de *commodities* e a redução de preços de produtos manufaturados no mercado mundial.

No que se refere à América Latina, Blázquez-Lidoy, Rodríguez e Santiso (2006) apontam que a China pode ser tanto um anjo como um demônio para essas economias emergentes, de acordo com título de seu artigo. A China teria influência positiva na região, na medida que é destino para o grande volume produzido de *commodities*. Dessa forma, o impacto no comércio internacional da China na América Latina seria direto, na medida que promoveria o *boom* das exportações de *commodities* e também haveria um impacto indireto ao aumentar os termos de troca desses países. No entanto, por outro lado, a China poderia ter uma influência negativa aos países da América Latina ao fazer com que esses mesmos países sejam excluídos das cadeias de troca da produção global no que se refere ao comércio intra-indústria, fazendo com que esses países sejam condenados à posição permanente de produtores de matérias-primas.

Blázquez-Lidoy, Rodríguez e Santiso (2006) separam o efeito da presença da China na economia global para América Latina em efeitos de curto prazo e efeitos de longo prazo. Esta análise dos autores compreende o período de 1998 a 2004. No curto prazo, tais autores decompõem as consequências da

presença chinesa no comércio internacional em dois fatores: a competição potencial de produtos chineses e a demanda da economia chinesa. Por sua vez no longo prazo, o impacto do crescimento da economia chinesa é comparado ao impacto que a economia japonesa teve para os outros países no período de 1953 a 1972.

O primeiro fator de curto prazo referente à competição chinesa para América Latina é considerável, mas não tão relevante quando comparado com o efeito da competição chinesa para outros países em desenvolvimento e desenvolvidos do globo. Nesse caso, o Brasil é o terceiro país da América Latina que mais sofreu com a concorrência de produtos chineses no período de 1998 a 2004, ficando atrás apenas do México e da Costa Rica (BLÁZQUEZ-LIDOY, RODRÍGUEZ e SANTISO, 2006). Esse fator analisa o quão próximo são as estruturas de exportação da China com os países de interesse. Já o segundo fator de curto prazo, referente à demanda da economia chinesa, apresenta o quão próximo são as estruturas de exportações dos países da América Latina com a estrutura e importação da China. Quanto mais próximos forem as importações da China com as exportações da América Latina, maior a receptividade dos produtos latino-americanos ao mercado chinês. Nesse fator, o Brasil é classificado em segundo lugar, durante o período de 1998 a 2004, em relação à receptividade de seus produtos ao mercado chinês (BLÁZQUEZ-LIDOY, RODRÍGUEZ e SANTISO, 2006).

No longo prazo, os mesmos autores argumentam que o efeito da presença da China na economia global para América Latina pode ser assimétrico. De um lado, a China pode se tornar rival em alguns mercados internacionais e da mesma forma, a China pode se tornar destino para as exportações da América Latina, e também do Brasil.

Assim, o papel das relações bilaterais sino-brasileiras na economia brasileira é controverso. Conforme Cunha (2011), verificou-se com a intensificação do comércio com a China uma tendência de especialização regressiva por parte da economia brasileira e uma maior vinculação entre os ciclos de negócios do Brasil com a China. Essas duas características, segundo o mesmo autor, fazem os analistas se posicionarem de dois lados distintos do

debate: aqueles que enfatizam os estímulos positivos da China na economia brasileira, também chamado de otimistas e aqueles que destacam alguns riscos potenciais derivados da própria complementaridade entre ambas economias, denominados de pessimistas.

Os otimistas percebem na ascensão da China a possibilidade de se consolidar uma nova ordem internacional, menos centrada no poder norte-americano, que teria maior abertura de espaços para que o Brasil se firme como uma potência líder entre os países em desenvolvimento, em especial na região da América do Sul. Dessa forma, a demanda chinesa por recursos naturais criaria um vetor dinâmico para a economia brasileira ao longo dos próximos anos, o que permitiria a ruptura do quadro de semi-estagnação derivado da crise da dívida externa dos anos 1980. Nessa visão, a demanda chinesa, por si só, não teria esse poder indutor para resolução dos problemas econômicos brasileiros, mas essa demanda seria uma alavanca para a internacionalização de setores de produção e industrialização de bens intensivos em recursos naturais, os quais gerariam renda, empregos e divisas.

Por outro lado, os pessimistas olham para o comércio sino-brasileiro como uma possibilidade de gerar uma involução na economia brasileira, com o Brasil retornando a uma posição semelhante àquela dos anos anteriores a 1930, de uma economia primário-exportadora. Tal fato ocorreria uma vez que a China se tornou o principal parceiro comercial brasileiro. Essa relação é marcada pela exportação de *commodities* do Brasil e importação brasileira de produtos manufaturados chineses. Segundo Cunha (2011), essa complementaridade tem gerado um perfil de comércio que aprofunda a tendência histórica de especialização na produção intensiva na utilização de matéria-prima e importação de manufaturas intensivas em tecnologia.

De Holanda (2011) possui uma visão semelhante à de Cunha (2011) ao enumerar elementos de aproximação e diferenciação do Brasil com a China e suas consequências no comércio entre os dois países. Para o mesmo autor, os críticos, aqueles que apontam para elementos de diferenciação entre os dois países, chamam atenção para os sinais de perda de dinamismo do setor manufatureiro, para excessiva concentração da pauta comercial em *commodities*

e para a perda de exportações brasileiras para produtos chineses em mercados tradicionais como América do Sul e África. Esse grupo aponta para dois cenários: um cenário em que é possível perder a base industrial construída ao longo de anos e outro de desvalorização das *commodities*. Por esses dois motivos, eles defendem uma postura defensiva em relação à China. Em sentido contrário, aqueles que apontam para elementos de aproximação entre os dois países acreditam que o estreitamento das relações com a China não apenas pode promover os ganhos de comércio, mas também estimular a recepção de investimentos produtivos e a absorção de alta tecnologia chinesa por parte do Brasil. Eles também argumentam que uma segunda onda de investimentos chineses ajudará a compensar a insuficiência de poupança doméstica e sanar os gargalos de infraestrutura que inibem o potencial de crescimento brasileiro (DE HOLANDA, 2011).

Entre os elementos que aproximam Brasil e China estão metas compartilhadas como inclusão social, aumento dos gastos com educação, universalização da previdência social, reaparelhamento de indústrias tradicionais em conjunto com desenvolvimento de indústrias estratégicas emergentes (como biotecnologia e nanotecnologia) e adoção de paradigmas da economia verde como redução da intensidade energética e ampliação da participação das energias renováveis no processo produtivo (DE HOLANDA, 2011). Ambos os países valorizam a solidez institucional do sistema político, mesmo que eles tenham configurações distintas. Também enfrentam o desafio da urbanização que trará massivos contingentes populacionais ao mercado consumidor. No plano econômico, ambos se aproximam através da estabilização macroeconômica alcançada pelos dois países. Além de possuírem estratégias comuns de abertura aos fluxos externos de comércio e investimentos, ambos buscam padrões competitivos de inserção na economia internacional e passam por um papel de internacionalização em graus distintos. Outro fator importante de aproximação entre os dois países são setores industriais brasileiros que se beneficiaram de custos competitivos de importações de produtos chineses para promover a modernização de seus sistemas produtivos quando o câmbio estava valorizado. Dessa forma, a China estaria reduzindo o custo final da produção brasileira em alguns setores de bens de capital (DE HOLANDA, 2011).

Entre os elementos de diferenciação entre Brasil e China, o mais perceptível à primeira vista é a composição da pauta comercial entre os dois países. Enquanto o Brasil exporta commodities para os chineses, a China exporta produtos manufaturados para os brasileiros. Tal fato aponta para a urgente necessidade de uma política de agregação de valor das exportações brasileiras para a China, dado a possibilidade de esgotamento do atual ciclo de sobrevalorização de *commodities*. Alguns setores manufatureiros nacionais, especialmente têxteis, vestuários, calçados e certos componentes industriais, denunciam a perda de competitividade com os concorrentes chineses. Outros elementos que diferenciam os dois países são os fatos do Brasil ter elevado grau de coesão social em todo país e relações amistosas em suas fronteiras, ao contrário da China que convive com regiões separatistas como Tibete e Xinjiang. No entanto, um aspecto positivo que diferencia a China em relação ao Brasil é sua integração nas cadeias produtivas asiáticas de modo que surge o acordo celebrado da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) como importante catalizador para o processo de integração econômica em contraste com o protagonismo do Brasil no Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) (DE HOLANDA, 2011).

Um autor que prega o otimismo e a aproximação com a China é o atual Ministro do Planejamento Orçamento e Gestão, Nelson Barbosa. O seu artigo de 2011, alerta duas consequências produzidas pela evolução da economia chinesa nos últimos dez anos: a demanda da China por produtos primários elevou os preços relativos desses produtos e trouxe uma expansão econômica nos países produtores de *commodities*; e, o aumento na produção e exportação de manufaturados chineses reduziu o preço relativo de tais produtos e diminuiu a competitividade de setores importantes tanto nas economias em desenvolvimento como nas economias avançadas. Além disso, é afirmado que o Brasil é fortemente beneficiado pela crescente demanda chinesa por *commodities*, mas também sofre consequências negativas da perda de competitividade internacional por parte da indústria nacional. No entanto, para o autor, o saldo chinês para o Brasil é positivo uma vez que a expansão dessa economia gera um bônus macroeconômico que pode ser usado para financiar o desenvolvimento de diversificação produtiva da economia brasileira.

Para Barbosa (2011), o principal efeito positivo deixado pela China foi o aumento dos termos de troca no Brasil durante o período de 2005 a 2011, os quais se elevaram em 31% nos cinco anos segundo fontes do autor. Ele elenca três grandes impactos positivos produzidos pela elevação dos meios de troca: o efeito renda, o efeito câmbio e o efeito balanço de pagamentos. O efeito renda refere-se à elevação da renda disponível do país que traz consigo o aumento da demanda doméstica por produtos nacionais e importados. Dessa forma, o consumo e o investimento crescem e havendo capacidade ociosa, esse estímulo à demanda agregada acelera o crescimento da economia e incentiva um novo aumento no investimento. O efeito câmbio refere-se a uma apreciação da moeda nacional com a elevação dos meios de troca, o que ocorreu no período de 2005 a 2011, analisado por Barbosa (2011). Segundo esse autor, essa apreciação cambial tende a reduzir pressões inflacionárias e permite a adoção de uma política monetária e fiscal menos restritiva. Por fim, o efeito balanço de pagamentos refere-se ao aumento do saldo comercial e do saldo em conta corrente da economia decorrido da elevação dos meios de troca, dessa forma, se observa uma menor dependência de recursos externos que reduz a vulnerabilidade externa da economia. Esse estudo analisará a atual situação dos termos de troca em uma seção posterior.

Barbosa (2011) aponta que, desde a época colonial, a economia brasileira tem sido influenciada pela evolução dos seus termos de troca de modo que em períodos de redução deles se observa crises de balanço de pagamentos e adoção de medidas restritivas de política macroeconômica. Por outro lado, em períodos de termos de trocas elevados, são observados expansão econômica interna e a adoção de políticas econômicas mais expansionistas. O mesmo autor também argumenta que períodos de mudanças substanciais nos meios de troca geram oportunidades de mudanças estruturais na política econômica brasileira, como foi o caso de 1993 a 1997 com o Plano Real e o caso de 2005 a 2011 em que se observa a aceleração do desenvolvimento econômico e social do país através de iniciativas para combater à pobreza, reduzir a desigualdade da distribuição de renda, aceleração do crescimento e aumento nas taxas de investimento da economia.

Barbosa (2011) conclui em seu artigo que a direção estratégica no relacionamento comercial com a China é clara e simples. Os brasileiros devem diversificar sua pauta de exportação com aumento de produtos industrializados e aumentar os condicionantes para que os produtores chineses acessem o mercado brasileiro ao incentivar a produção de produtos e geração de serviços chineses em solo brasileiro. No campo do relacionamento financeiro, a China pode ser um parceiro estratégico no financiamento de investimentos no Brasil devido ao elevado estoque de reservas internacionais chinesas e sua necessidade de diversificação de investimentos ao redor do mundo. Para tirar maior proveito desses investimentos chineses, os brasileiros devem direcioná-los, principalmente, para a área de infraestrutura. Por fim, no campo internacional, a cooperação Brasil-China promove um aumento na participação dos países emergentes na condução de organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial.

Em contraste, entre aqueles que enxergam na relação Brasil-China mais motivos de diferenciação e pessimismo, encontra-se Jorge Arbache (2011). Segundo este autor, a demanda chinesa por produtos básicos brasileiros e as demandas brasileiras por bens de consumo, bens de capital e bens intermediários chineses sugere ser a relação Brasil e China uma simbiose. De um lado, o Brasil pode ajudar a garantir o fornecimento de suprimentos que a China necessita para crescer e manter a estabilidade. Do outro lado, a China pode ajudar a elevar as exportações brasileiras, aumentar os investimentos e prover o Brasil de produtos manufaturados e insumos a preços baixos. No entanto, não pode se deixar levar pelos fatos à primeira vista; a relação bilateral entre os dois países mais se assemelha ao “canto da sereia” da Odisseia de Homero, ou seja, é sedutora e irresistível no curto e médio prazo, mas traz riscos não negligenciáveis no longo prazo (ARBACHE, 2011).

Segundo Arbache (2011), entre os benefícios de curto e médio prazo estão: i) a crescente urbanização da China que levará famílias a imigrarem do campo para a cidade aumentando significativamente a demanda chinesa por alimentos, recursos naturais e energia, e ii) o processo de intensificação de internacionalização das empresas estatais chinesas em conjunto com a busca da diversificação do investimento das reservas internacionais da China que

deverá atrair investimentos diretos para o Brasil. Esses dois fatos, em um primeiro momento de curto e médio prazo, podem trazer dois aspectos positivos para o Brasil: o aumento da formação bruta de capital fixo em conjunto com a melhoria da infraestrutura e a manutenção do controle das contas externas. A esses dois fatos, soma-se um terceiro: as importações de bens de consumo e bens intermediários da China ajudam a combater as persistentes pressões inflacionárias brasileiras. Dessa forma, no curto e médio prazo o “canto da sereia” se apresenta irresistível e sedutor, mas não é isso que ocorre no longo prazo (ARBACHE, 2011).

No longo prazo, um dos primeiros fatores que deve ser observado é a mudança dos termos de troca das exportações brasileiras. Quando se prevalecem mudanças dos termos de troca em favor das *commodities* por um período relativamente longo de tempo é estimulado a exportação e produção de produtos básicos, conseqüentemente, é desestimulado a exportação e produção de produtos manufaturados e a economia fica mais sensível a choques externos (ARBACHE, 2011). Uma decorrência na transformação para uma estrutura onde se exportam mais produtos básicos e menos produtos manufaturados é a predominância do comércio inter-industrial em desfavor do comércio intra-industrial. Segundo Arbache (2011), fatos estilizados da literatura empírica de comércio internacional apontam que o comércio inter-industrial ocorre mais em economias em desenvolvimento, enquanto o comércio intra-industrial é característica de economias industriais.

Outro fato decorrente da mudança na estrutura produtiva é a primarização da economia, o que de fato pode ser observado no padrão de comércio Brasil-China onde se exporta, cada vez mais, produtos básicos e *commodities* brasileiros e se importa, cada vez mais, produtos chineses manufaturados e bens com elevado grau de tecnologia. Uma vez que a China é o principal parceiro econômico brasileiro tal fato tende a se generalizar na economia brasileira. Sarquis (2011) apresenta evidências que o comércio Brasil-China é mais assimétrico do que o comércio Brasil-Estados Unidos e Brasil-União Europeia, apresentando mais sinais de padrão Norte-Sul de comércio e relações bilaterais.

Segundo Arbache (2011), investimentos diretos chineses, que poderiam ser citados como benefícios no curto e médio prazo, podem contribuir para primarização da economia brasileira no longo prazo. Tal fato pode ocorrer, pois esses investimentos se concentram em setores primários e de *commodities* da economia como mineração, alimentos, petróleo, gás e na infraestrutura necessária para o escoamento desses produtos básicos. O mesmo autor comenta que a primarização, por enquanto, não é o destino da economia brasileira. Mesmo assim, a crescente dependência da economia brasileira da chinesa não deve ser vista como uma panaceia para os problemas crônicos da economia brasileira. Os benefícios de curto prazo devem ser considerados uma cilada com riscos substanciais e não negligenciáveis ao crescimento sustentável. Essa cilada refere-se ao fato de que a primarização da economia não soluciona problemas de pobreza e distribuição de renda. Isto porque o setor primário possui uma baixa elasticidade de emprego e também não gera tantos empregos quando cresce, ao contrário dos setores industriais e de serviços.

Loayza, Servén e Ventura (2007) mostram evidências empíricas de que países dependentes das exportações de *commodities* e produtos primários têm crescimento mais lento que países com pautas mais diversificadas de exportação. Arbache e Page (2007) mostram que esses países exportadores de *commodities* crescem pouco não por incapacidade de crescer, mas porque experimentam fortes acelerações e colapsos em suas economias, o que faz com que o crescimento médio seja baixo no longo prazo. Os mesmos autores, colocam que as variações nos termos de troca são responsáveis por essas acelerações e colapsos. Lederman e Maloney (2007; 2008) mostram que não é a exportação de *commodities* e bens primários por si só que está associada ao baixo crescimento, mas sim a pouca diversificação da pauta de exportações.

Arbache (2011) lembra que a exportação de *commodities*, por si só, não é um problema, tanto é que muitos países se enriqueceram com as exportações desses bens como, Canadá, Austrália e Noruega. No entanto, a comparação dessas experiências com a do Brasil deve ser feita com cautela, uma vez que o Brasil está passando pelo caminho reverso de desindustrialização. Além disso, algumas diferenças são relevantes como tamanho, composição populacional e consensos de políticas públicas. Outro aspecto a ser considerado, é que o *timing*

dessas experiências é diferente do processo em que vive o Brasil. Arbache (2011) argumenta que para que os produtos básicos sejam a fonte de crescimento sustentável são necessários: boa governança, instituições sofisticadas e políticas públicas que respondam adequadamente às flutuações dos termos de troca em conjunto com o fomento da diversificação das exportações.

Essa monografia parte do princípio que há mais motivos para uma diferenciação e para ser pessimista em relação à relação bilateral com a China, do que motivos para crer numa aproximação e otimismo diante da mesma relação, por motivos que serão apresentados adiante. Cabe ressaltar o que Arbache (2011) elencou para tirar proveito de uma relação bilateral com a China e ter, assim, um olhar mais otimista e de aproximação à essa parceria: a questão de metas para o comércio e acesso a mercado, e de metas para investimento e financiamento.

Entre as metas de comércio e acesso encontram-se: i) a busca por maior equilíbrio e simetria no padrão de comércio que requer que a China abra seu mercado para produtos manufaturados brasileiros, com vistas a aumentar o comércio intra-industrial e bilateral; ii) a busca por maior convergência de regras comerciais e de competição; iii) o estabelecimento de metas de agregação de valor das empresas chinesas das áreas de recursos naturais que operam no Brasil; e iv) metas de conteúdo local por empresas chinesas de produtos manufaturados que operam no Brasil. Entre as metas para investimento e financiamento encontram-se: i) a busca por maior equilíbrio de oportunidades de investimento chineses para as empresas brasileiras através da isonomia de regras e acordos; ii) a maior participação dos investimentos chineses nas áreas prioritárias para o Brasil como infraestrutura e investimentos pré-operacionais (*greenfield investments*); e iii) a maior diversificação setorial dos investimentos e encorajamento de investimentos que envolvam parcerias e transferências de tecnologia.

Arbache (2011) conclui que a relação economia Brasil-China requer, por parte do Brasil, uma visão menos pragmática e mais estratégica. Dessa forma, se por um lado a crescente relação contribui para atenuar algumas

vulnerabilidades econômicas brasileiras, por outro, essa relação cria outras que poderão se manifestar em um contexto de um eventual arrefecimento da economia chinesa, seja por um aumento da inflação, seja por uma crise econômica internacional.

Essa seção pretendeu responder as perguntas: “a relação Brasil e China pode ser encarada como positiva para o Brasil? Por que? Ela pode ser encarada como negativa para o Brasil? Por que?” que foram levantadas na introdução. Em relação às primeiras perguntas, a relação com a China pode ser encarada como positiva para o Brasil ao aumentar os termos de troca brasileiros, gerando consequências positivas para a mesma (BARBOSA, 2011). Além disso, a relação com a China também pode ser positiva ao gerar uma segunda onda de investimentos chineses que ajude a compensar a insuficiência de poupança doméstica e sanar os gargalos de infraestrutura que inibem o potencial de crescimento brasileiro (DE HOLANDA, 2011). Em relação às duas últimas perguntas, a relação com a China pode ser encarada como negativa, pois pode promover o processo de primarização da economia brasileira (ARBACHE, 2011). Além disso, essa relação também pode promover perdas de exportações brasileiras em mercados tradicionais da economia brasileira como a América do Sul e a África (CUNHA, 2011). Por fim a relação com a China pode ser negativa porque existe a possibilidade desta promover a perda de competitividade em alguns setores manufatureiros nacionais, especialmente têxteis, vestuários, calçados e certos componentes industriais (DE HOLANDA, 2011).

3. A ATUAL RELAÇÃO BRASIL E CHINA

O Brasil é o parceiro econômico mais importante da China na América Latina em termos de valor, com um total comercializado entre os dois países de aproximadamente US\$78 bilhões em 2014, segundo dados do Ministério da Indústria e Comércio Exterior 2015. Conforme apresentado na seção anterior, houve um aumento significativo em comércio bilateral entre o Brasil e a China desde os anos 90, de forma que as exportações brasileiras à China aumentaram mais de quatro vezes entre 1996 e 2003 (FLEURY e FLEURY, 2006). Um dos fatores que contribuíram para esse fluxo comercial foi o constante fluxo migratório do campo às cidades na China, que não consegue satisfazer demanda gerada por esse fluxo domesticamente. Outro fator que contribuiu para as exportações brasileiras à China foi a crescente demanda chinesa de produtos básicos e energia ao longo do tempo (ARBACHE, 2011). Segue abaixo o gráfico 1 de exportações brasileiras para a China nos últimos dez anos, a partir de dos dados do Ministério da Indústria e Comércio Exterior de 2015.

Gráfico 1: Exportações do Brasil para China



Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados da SECEX/MDIC - 2015

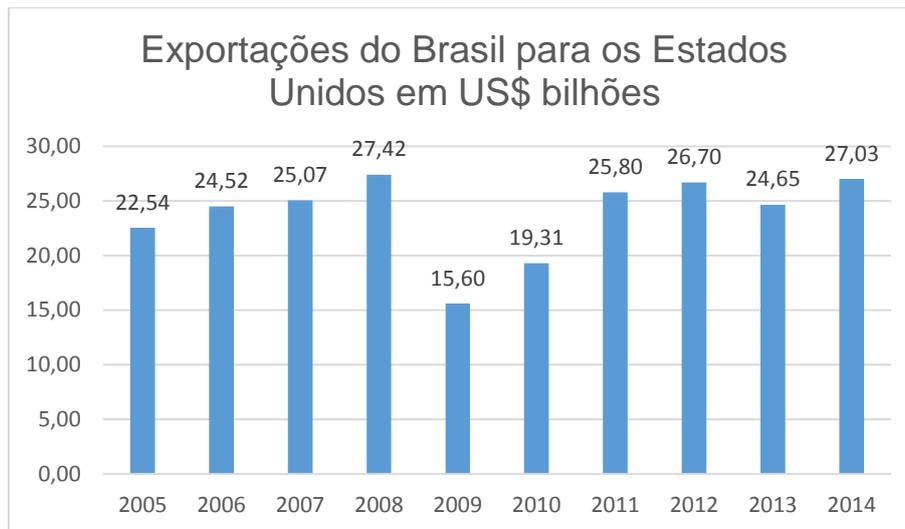
Apesar de a última visita do presidente chinês ao Brasil ressaltar que os principais objetivos da China em relação ao Brasil são fortalecer a confiança

política mútua, aproveitar o potencial cooperativo para inovações e dar valores a intercâmbios culturais para melhorar o conhecimento mútuo, a China tem razões pragmáticas para querer estreitar suas relações com a América Latina em especial com o Brasil (RATLIFF, 2009). Segundo o mesmo autor, os objetivos mais concretos da China para o Brasil e a região são: i) comprar matérias-primas necessárias para o desenvolvimento chinês; ii) exportar produtos manufaturados à região; iii) reduzir o status absoluto de superpotência dos EUA na região afim de promover um mundo multipolar; e iv) eliminar Taiwan como possível rival político e econômico nesse hemisfério.

Por sua vez, o Brasil e os países latino-americanos têm seus próprios interesses em relações com a China, mesmo que esses não sejam os mesmos para todos os países da região. Ratliff (2009) enumerou como os principais motivos econômicos que levam o Brasil e a América Latina a se relacionar com o mercado chinês: i) a possibilidade da China ser uma fonte alternativa de poder e influência em relação aos Estados Unidos, o que é manifestado por meio de comércio e investimentos chineses; ii) a possibilidade da China ser um novo mercado para os produtos brasileiros e latino-americanos em especial para a venda de matérias-primas que promovem o crescimento doméstico e reduzem a dependência excessiva em um único país, no caso os Estados Unidos; iii) o aumento do investimento estrangeiro direto por meio de investimentos chineses; e iv) o fato da China ser uma fonte de comércio e investimento diferente da fonte norte-americana, o que promove a diversificação regional e nacional de cada país em termos econômicos e também políticos.

O Brasil é um exemplo do ponto levantado pelo argumento iv, uma vez que, enquanto as exportações brasileiras seguem um crescente para a China, elas permanecem constantes em relação aos Estados Unidos, o que pode ser visto no gráfico 2 abaixo.

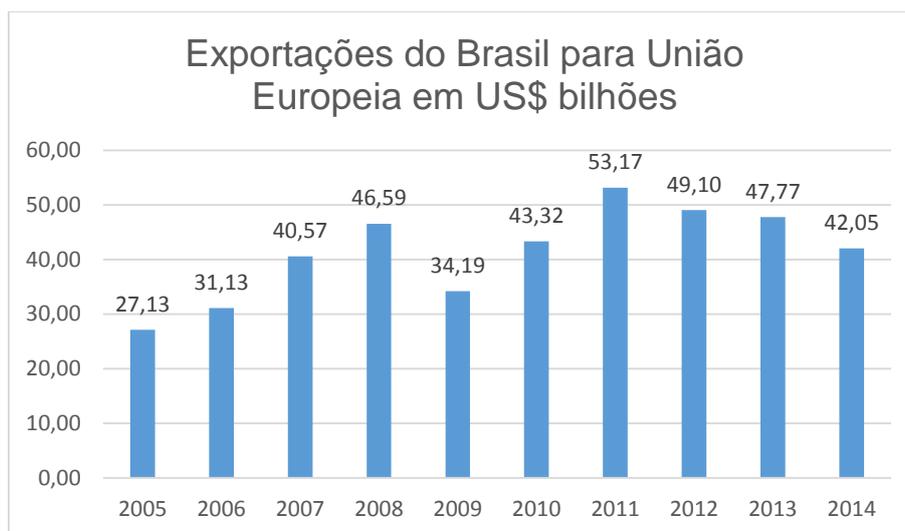
Gráfico 2: Exportações do Brasil para os Estados Unidos



Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados da SECEX/MDIC - 2015

Em relação a outros parceiros tradicionais como a União Europeia, a diferença em relação a essas exportações e as exportações chinesas é mais acentuada visto que para União Europeia, as exportações apresentam uma tendência de queda nos últimos quatro anos, conforme gráfico 3 abaixo. É importante ressaltar os anos da crise financeira de 2009 e o ano seguinte de 2010 onde ocorre uma grande baixa no comércio tanto com os Estados Unidos como quanto à União Europeia o que implica que a queda no comércio foi generalizada para ambas as regiões e que isso não se deu por motivos particulares de cada uma das regiões em questão.

Gráfico 3: Exportações do Brasil para a União Europeia

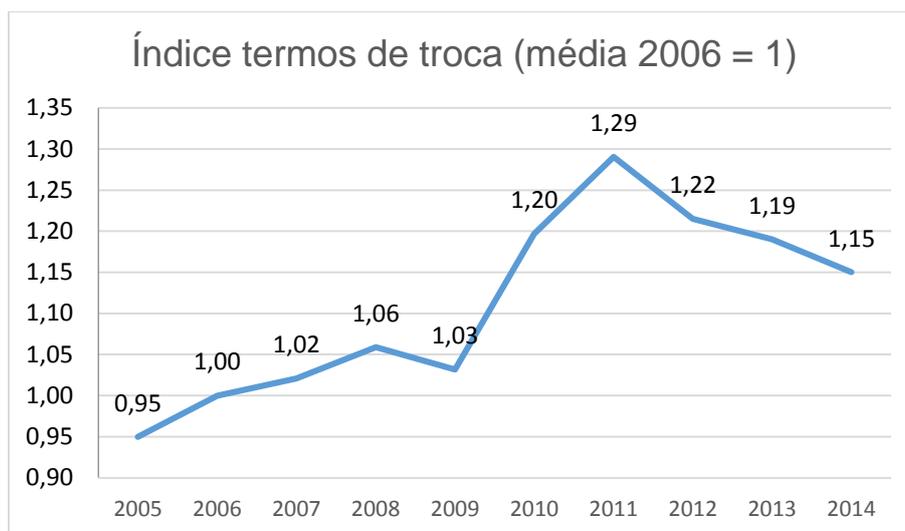


Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados da SECEX/MDIC - 2015

Outro ponto que foi levantado na seção passada foi a controvérsia em relação do papel da China para América Latina podendo ser considerado ora como anjo ora como demônio, de acordo com o título do artigo dos autores Blázquez-Lidoy, Rodríguez e Santiso do ano de 2006. Da mesma forma, no que se refere ao Brasil, os analistas se dividem em otimistas e pessimistas no que se refere às relações sino-brasileiras, conforme aponta Cunha (2011). De Holanda (2011) também vai nessa direção ao buscar tanto elementos de aproximação como elementos de diferenciação entre o Brasil e a China.

O argumento daqueles que são otimistas entre o comércio Brasil e China foi exemplificado pela análise de Barbosa (2011). Nessa análise, o principal elemento que surge para o entusiasmo frente as relações Brasil e China é a elevação dos meios de troca. Esse fato vai de encontro com o quarto impacto levantado por Winters e Yusuf (2007) em relação ao comercial bilateral com a China, no qual esse mesmo país promove impactos comerciais indiretos, como por exemplo, a expansão dos preços de *commodities* e a redução de preços de produtos manufaturados no mercado mundial. De fato, durante o período em que escreve Barbosa (2011), 2005-2011, os termos de troca do Brasil estiveram muito elevados conforme é possível ver no gráfico 4 abaixo:

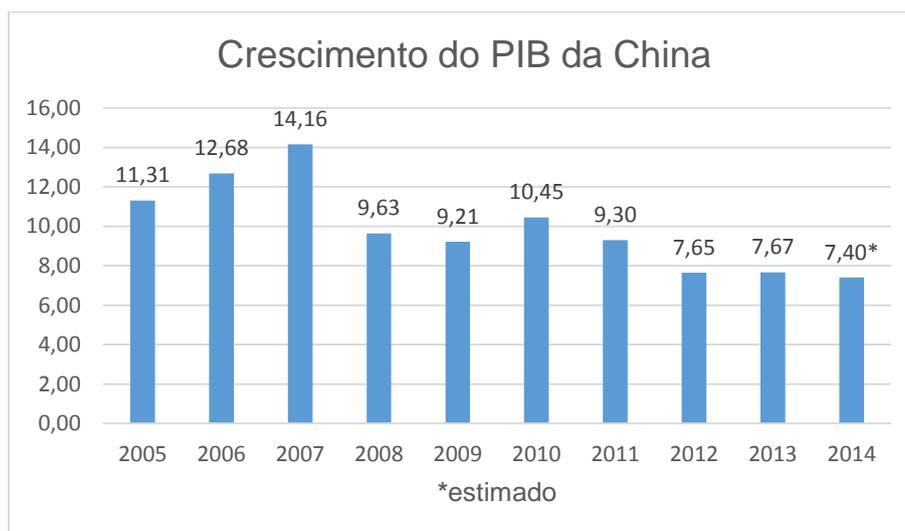
Gráfico 4: Índice termos de troca do Brasil



Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados da FUNCEX - 2015

Essa elevação dos meios de troca esteve ligada à demanda chinesa por *commodities* e ao elevado crescimento chinês durante o período. No entanto, nota-se que a partir do período de 2011 até 2014, os termos de troca brasileiros caem em conjunto com a velocidade de crescimento do PIB da economia chinesa que pode ser visualizado no gráfico 5 abaixo.

Gráfico 5: Crescimento do PIB da China



Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados do Banco Mundial - 2015

Uma combinação de diminuição do crescimento do PIB chinês com uma queda nos termos de troca é uma possível explicação do baixo crescimento do PIB brasileiro nos anos recentes, o que é apontado por Blázquez-Lidoy, Rodríguez e Santiso (2006) como uma possível dependência das economias da América Latina, e nesse caso o Brasil, frente a demanda da economia chinesa por *commodities* e matérias-primas.

Em linha com essa comparação, Gruss (2014) publicou um estudo, no Fundo Monetário Internacional (FMI), questionando o que foi mais relevante para o crescimento econômico dos países exportadores de *commodities* no intervalo 1970-2013, se foi o nível dos preços reais de *commodities* ou se foi a taxa de crescimento desse nível de preços. O estudo conclui que o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) não mostra associação com o nível desses preços relativos para os países exportadores de *commodities*, mas o crescimento desses mesmos países apresenta relação com a taxa de crescimento dos preços das *commodities* no mercado internacional.

Dessa forma, quando os preços das *commodities* não crescem a uma taxa de crescimento considerável, é possível afirmar que os países que possuem maior participação desses em sua pauta de exportação sofrem, o que é o caso do Brasil onde verificamos uma predominância de *commodities* na pauta exportadora conforme a tabela 1 abaixo:

Tabela 1: Pauta de exportações brasileira

Produto	Valor Exportado em 2014 (em US\$ bilhões)	% do total
Minérios	28,40	12,62
Grãos, óleos vegetais e outros	23,50	10,44
Combustíveis, petróleo e derivados	20,65	9,17
Carne e proteínas	15,42	6,85
Maquinaria, reatores nucleares, caldeiras	12,73	5,65
Veículos automotores, exceto trens	9,81	4,36

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados do ITC, Trade Map - 2015

Na tabela 1 acima percebemos que dos seis principais produtos da pauta de exportação brasileira, quatro são *commodities*. Dessa forma, usando as conclusões de Gruss (2014), o Brasil pode ganhar com a economia chinesa quando essa apresenta crescimentos cada vez maiores do PIB e crescimentos

cada vez maiores na demanda por *commodities* que levam um aumento no crescimento dos preços das *commodities* e por sua vez levam elevação nos termos de troca. De forma análoga, o Brasil pode também perder com a economia chinesa quando essa não apresenta aceleração no ritmo de crescimento do PIB e no ritmo de crescimento dos preços das *commodities* que levam a uma queda nos termos de troca.

A primeira situação, onde o Brasil apresentou ganhos com a economia chinesa, ocorreu sobretudo na primeira década do século XXI. Já a segunda situação descrita no parágrafo acima ocorreu sobretudo a partir dos anos 2011 até os dias atuais. Dessa forma, verifica-se o crescimento do PIB brasileiro em linha com o crescimento dos termos de troca e com o crescimento do PIB chinês, o que aponta para uma conclusão semelhante ao autor otimista Nelson Barbosa (2011) na qual o crescimento dos termos de troca advindos com a demanda por *commodities* chinesas podem possibilitar um ganho para o Brasil. No entanto, o contrário também é válido e é o que justamente está ocorrendo na atual conjuntura da economia brasileira.

Além disso, o comércio bilateral com a China apresenta assimetrias significativas na sua composição. A maioria dos produtos que o Brasil exporta à China são produtos básicos conforme pode ser observado na tabela 2 abaixo. Da porcentagem total dos produtos que o Brasil exporta para a China, menos de 5,0% são manufaturados ou semi-manufaturados. Por sua vez, dos produtos que o Brasil importa da China, quase 98% são manufaturados sendo que os produtos básicos representam apenas menos de 2,0% do total, o que pode ser visto na tabela 3 abaixo.

Tais fatos apresentam conformidade com o primeiro e segundo impacto do comércio bilateral chinês que apontaram Winters e Yusuf (2007), os quais o primeiro se refere às oportunidades de exportação das outras economias para a China devido à crescente demanda chinesa por *commodities* e o segundo se refere às oportunidades de importações de produtos chineses aos outros países, com destaque para os produtos manufaturados.

Tabela 2: Exportações brasileiras para China em 2014

Tipo de Produto	Total Exportado FOB em US\$ bilhões	% do total
Básicos	34,29	84,43
Semi-manufaturados	4,67	11,49
Manufaturados	1,63	4,00
Operações Especiais	0,03	0,08
Total	40,62	100,00

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados da SECEX/MDIC - 2015

Tabela 3: Importações brasileiras da China em 2014

Tipo de Produto	Valor importado FOB em US\$ bilhões	% do total
Básicos	0,67	1,80
Semi-manufaturados	0,09	0,25
Manufaturados	36,58	97,95
Total	37,34	100,00

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados da SECEX/MDIC - 2015

Analisando as exportações e importações brasileiras à China é possível chegar a duas conclusões: i) o comércio dos dois países é assimétrico para o Brasil ao apresentar padrões de comércio Norte-Sul onde predominam as exportações de matérias-primas e as importações de produtos manufaturados e ii) as importações chinesas de manufaturas podem promover perda de dinamismo de setores manufatureiro tradicionais como têxteis, vestuários, calçados e certos componentes industriais. A primeira conclusão foi levantada por Sarquis (2011) enquanto a segunda foi levantada por De Holanda (2011) ao apresentar fatores que podem promover uma diferenciação entre Brasil e China.

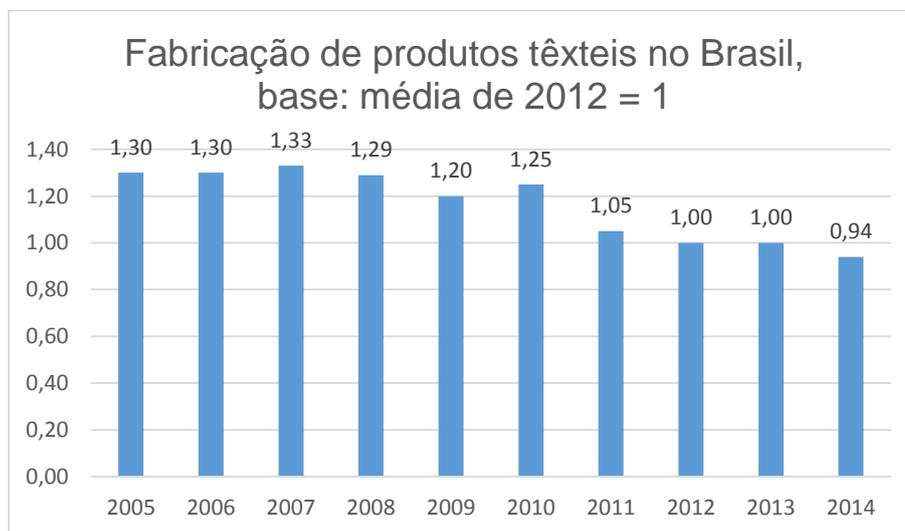
Os gráficos 6, 8 e 10 abaixo apontam a produção de produtos têxteis, vestuários e calçados no Brasil durante o período de dez anos que vai de 2005 a 2014. Esses, gráficos são seguidos pelos gráficos 7, 9 e 11 com as respectivas importações do Brasil da China no respectivo setor. Aos gráficos seguem as tabelas 4, 5 e 6 que apresentam as correlações da produção de determinado setor com as importações chinesas para esse mesmo setor. Com isso, é possível analisar a conclusão ii apontada acima no qual as importações chinesas de determinadas manufaturas podem promover perda de dinamismo do setor

manufatureiro nos setores tradicionais como têxteis, vestuários e calçados, entre outros, conforme aponta De Holanda (2011).

O coeficiente de correlação será calculado pela fórmula de *Pearson*, representado por: $Corr(X, Y) = \frac{Cov(X, Y)}{\sqrt{Var(X)Var(Y)}}$, onde $Corr(X, Y)$ é a correlação das variáveis X e Y , $Cov(X, Y)$ é a covariância das variáveis X e Y , $Var(X)$ é a variância da variável X e $Var(Y)$ é a variância da variável Y .

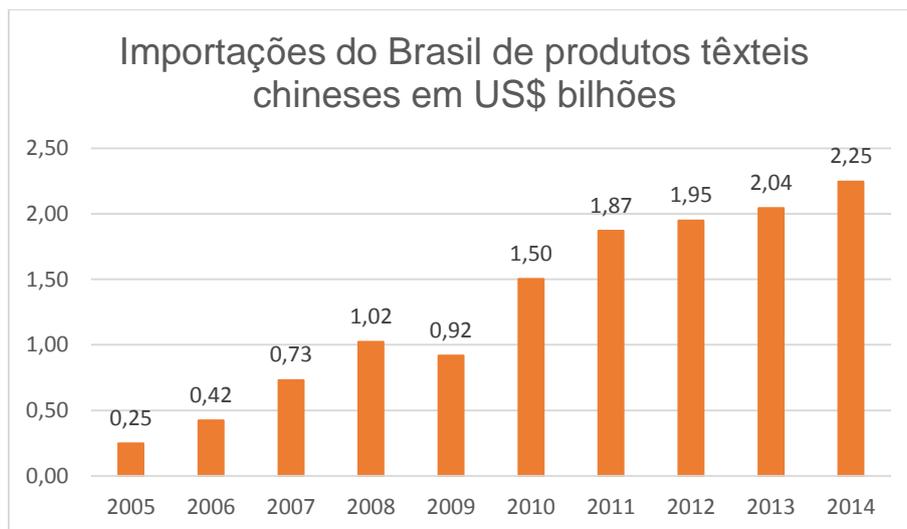
O coeficiente de correlação varia de -1 a 1 , ou seja: $1 \geq Corr(X, Y) \geq -1$. Quando esse coeficiente está em módulo próximo ou igual a 1 , significa dizer que existe uma alta relação entre as duas variáveis. Quando o coeficiente de correlação está em módulo próximo ou igual a 0 , significa dizer que as duas variáveis não guardam relação entre si. No entanto, é bom lembrar que a correlação não implica causalidade de uma variável sobre a outra, ela apenas explica a medida de relação linear entre as duas variáveis.

Gráfico 6: Fabricação de produtos têxteis no Brasil



Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados do IBGE - 2015

Gráfico 7: Importações do Brasil de produtos têxteis chineses



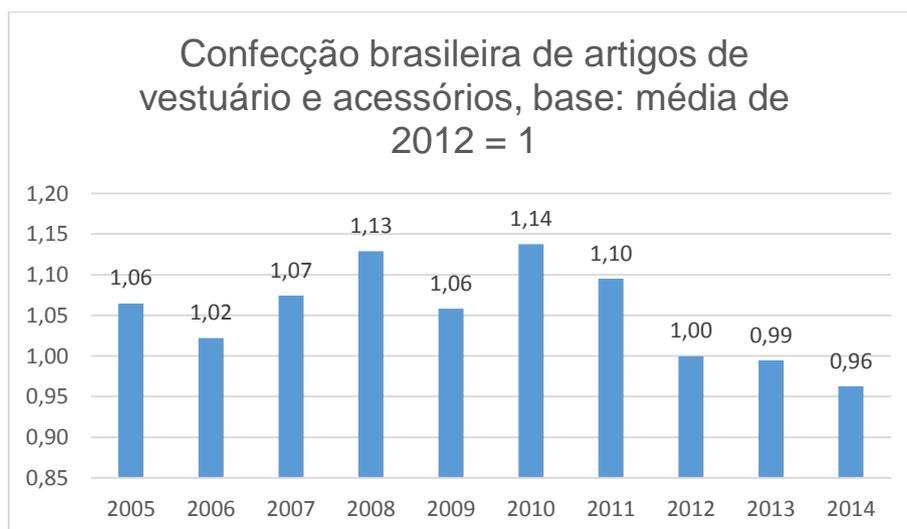
Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados do ITC, Trade Map - 2015

Tabela 4: Correlação entre a produção têxtil brasileira e as importações chinesas dos mesmos produtos

Período	Correlação
10 anos (2005 a 2014)	- 0,9127
5 anos (2010 a 2014)	- 0,9715
3 anos (2012 a 2014)	- 0,9563

Elaboração do autor

Gráfico 8: Confeção brasileira de artigos de vestuário e acessórios



Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados do IBGE – 2015

Gráfico 9: Importações do Brasil de artigos de vestuário e acessórios chineses



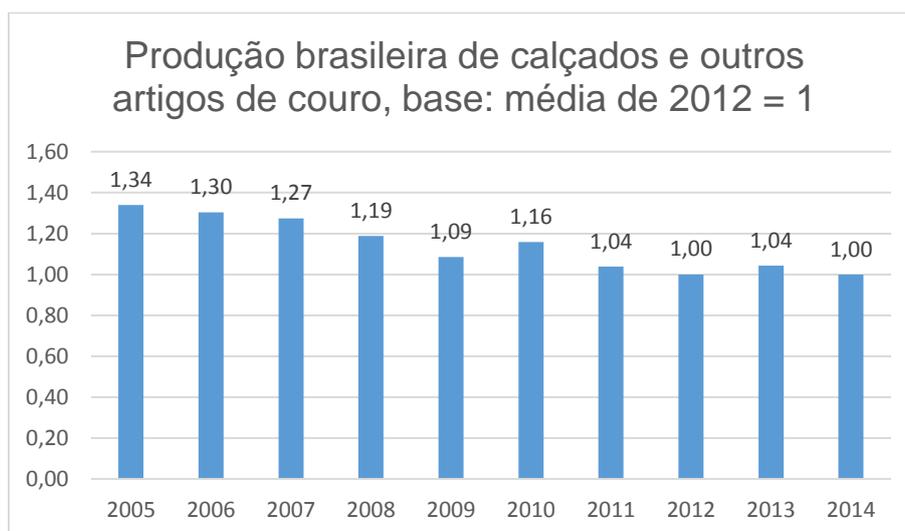
Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados do ITC, Trade Map - 2015

Tabela 5: Correlação entre a confecção de artigos do vestuário e acessórios e importações chinesas dos mesmos produtos

Período	Correlação
10 anos (2005 a 2014)	-0,5718
5 anos (2010 a 2014)	-0,9791
3 anos (2012 a 2014)	-0,9495

Elaboração do autor

Gráfico 10: Produção brasileira de calçados e outros artigos de couro



Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados do IBGE – 2015

Gráfico 11: Importações do Brasil de calçados chineses



Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados do ITC, Trade Map - 2015

Tabela 6: Correlação entre a produção brasileira de calçados e outros artigos e couro e as importações chinesas de calçados

Período	Correlação
10 anos (2005 a 2014)	0,0667
5 anos (2010 a 2014)	-0,2389
3 anos (2012 a 2014)	0,0381

Fonte: Elaboração do autor

Nos três conjuntos de dados acima referentes a produtos têxteis, vestuário e calçados, percebemos uma alta correlação da produção brasileira com as importações chinesas nos dois primeiros casos. Na produção de produtos têxteis em relação às importações chinesas, a correlação é alta e negativa para todos os períodos analisados, sendo em módulo maior que 0,9 para todos os casos. Tais correlações altas e negativas indicam uma variação negativa da produção brasileira local quando se aumentam as importações chinesas do mesmo produto, o que aponta como sendo prejudicial o comércio bilateral brasileiro com a China na produção brasileira de têxtil, corroborando com o ponto ii acima levantado por De Holanda (2011).

Já para a segunda manufatura, a produção de vestuários e acessórios em relação às importações dos mesmos produtos chineses, vemos uma correlação negativa e alta principalmente para os períodos de 5 anos, de 2010 a 2014, e de

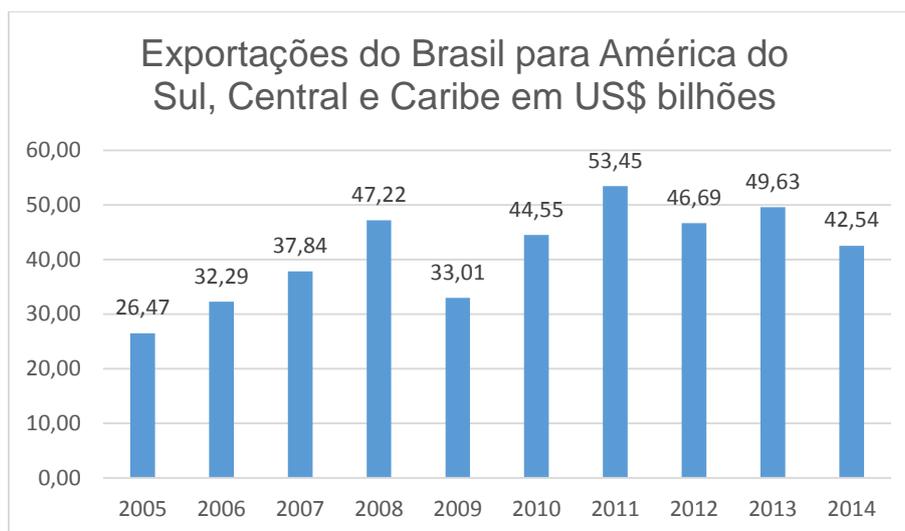
3 anos, de 2012 a 2014, sendo elas em módulo maior que 0,9. Tais correlações altas e negativas corroboram o argumento de De Holanda (2011) indicando uma variação negativa da produção brasileira desses produtos quando se aumenta o comércio bilateral com China para os mesmos produtos.

Para a última manufatura, a produção de calçados e artigos de couro em relação à importação de calçados chineses, observamos que não há correlação entre as duas variáveis. Tal fato poderia ser explicado pela natureza dos dados e do objeto de comparação, ou seja, de um lado se encontram calçados e artigos de couro e de outro apenas calçados. No entanto, esse ponto não é suficiente para contra argumentar a não existência de correlação. Dessa forma, a relação entre a produção de calçados e as importações dos mesmos da China não apresenta uma correlação alta e negativa que possa corroborar com o ponto que foi levantado por De Holanda (2011) que foi apresentado acima.

Além do impacto causado pela concorrência no mercado interno de um país, é necessário também considerar o terceiro impacto do comércio bilateral chinês que foi apontado por Winters e Yusuf (2007), que se refere à competição nos mercados internacionais que os produtos chineses causam para as exportações de um país em questão. No caso, esse ponto foi levantado por De Holanda (2011) como um elemento de diferenciação entre Brasil e China, uma vez que pode ocorrer a perda de exportações brasileiras em mercados tradicionais como América do Sul e África na visão desse autor.

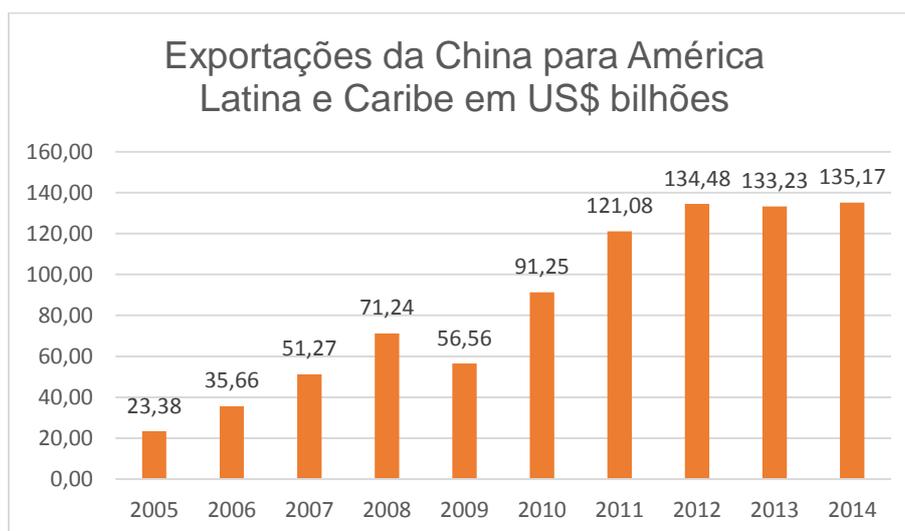
Para analisar tal tendência é necessário confrontar as exportações brasileiras para as mesmas regiões com as exportações chinesas para os mesmos destinos. Caso as exportações brasileiras apresentem uma queda e as chinesas apresentem uma alta, é possível argumentar que há uma perda de *market share* de produtos brasileiros para produtos chineses nas duas regiões em questão. Para isso serão apresentados os gráficos 12, 13, 14 e 15. Para ver se existe esta relação, será calculado o coeficiente de correlação entre as exportações brasileiras e as exportações chinesas para o mercado em questão.

Gráfico 12: Exportações do Brasil para América do Sul, Central e Caribe



Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados da SECEX/MDIC - 2015

Gráfico 13: Exportações da China para América Latina e Caribe



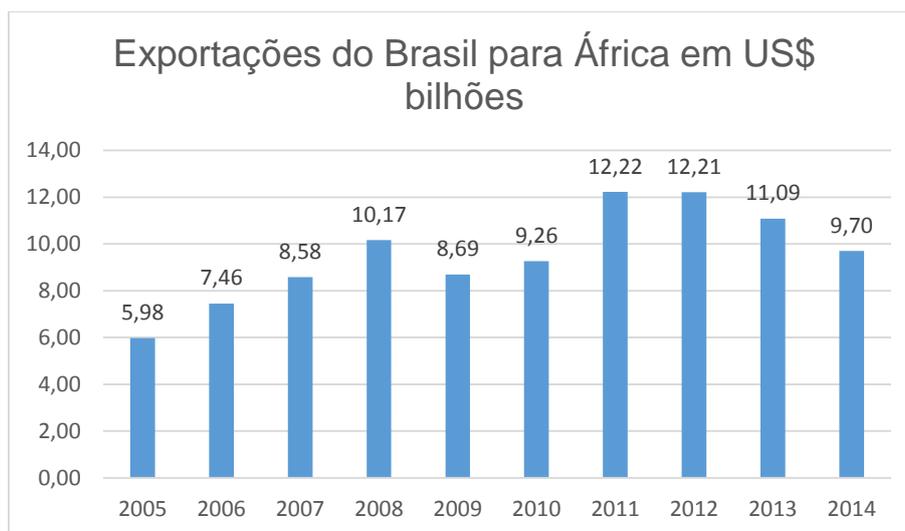
Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados do ITC, Trade Map - 2015

Tabela 7: Correlação entre as exportações brasileiras e as exportações chinesas para América do Sul e Caribe e América Latina e Caribe

Período	Correlação
10 anos (2005 a 2014)	0,8322
5 anos (2010 a 2014)	0,1080
3 anos (2012 a 2014)	- 0,9650

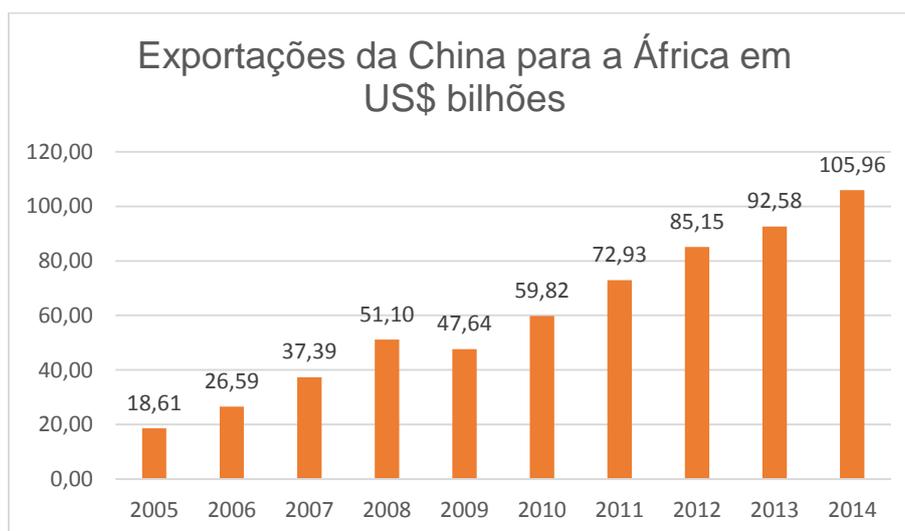
Elaboração do autor

Gráfico 14: Exportações do Brasil para África



Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados da SECEX/MDIC - 2015

Gráfico 15: Exportações da China para a África



Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados do ITC, Trade Map - 2015

Tabela 8: Correlação entre as exportações brasileiras e as exportações chinesas para África

Período	Correlação
10 anos (2005 a 2014)	0,7748
5 anos (2010 a 2014)	0,0173
3 anos (2012 a 2014)	-0,9947

Elaboração do autor

Em relação às exportações brasileiras à América do Sul e Central, observa-se uma tendência de queda nos últimos anos, mesmo que essa tendência tenha sido intercalada por períodos de alta no comércio entre as duas regiões. É importante ressaltar que nesses dados, não está incluído o México. As exportações chinesas para América Latina e Caribe, incluindo o México apresentam uma tendência crescente para estabilidade nos últimos anos.

Tal fato mencionado no parágrafo anterior, está refletido no coeficiente de correlação para os últimos três anos. O coeficiente para as exportações dos dois países para essa região é alto e negativo, o que implica que enquanto as exportações chinesas sobem para a região, as exportações brasileiras caem para o mesmo destino. Tal tendência é nova, visto que em dez anos, de 2005 a 2014, a correlação é alta e positiva, ou seja, as exportações dos dois países para essa região se comportavam de forma semelhante.

Em relação à África, as conclusões são semelhantes: enquanto as exportações brasileiras apresentam uma tendência de queda mais visível a esse continente nos últimos anos, as exportações chinesas apresentam uma tendência de crescimento. O coeficiente de correlação confirma essa afirmação para os últimos três anos, mostrando que enquanto as exportações chinesas têm aumentado para a região as exportações brasileiras para a mesma região caem.

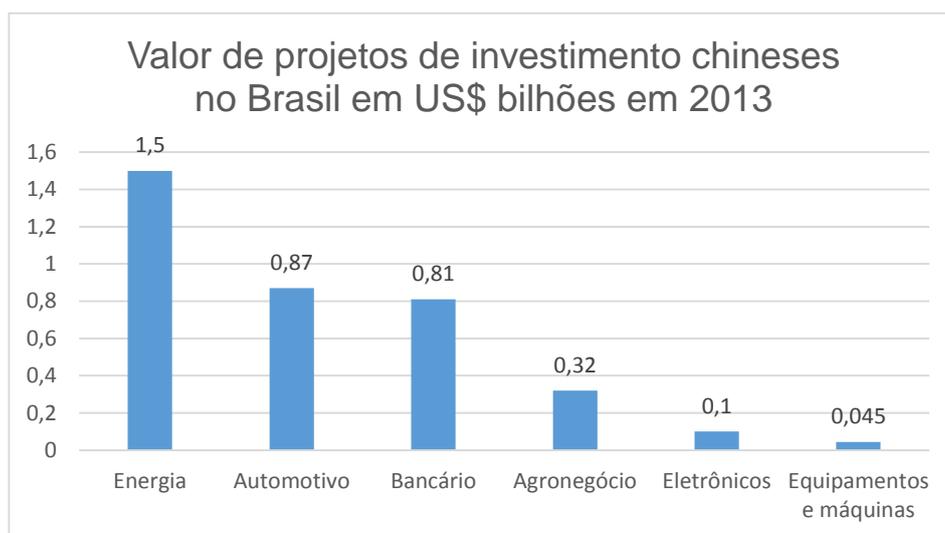
Assim como ocorreu nas exportações brasileiras e chinesas para a América do Sul e Caribe ou América Latina e Caribe, a relação negativa entre as exportações chinesas e as exportações brasileiras para África é recente. Em outras palavras, em um horizonte temporal mais longo, o que se observava era uma tendência de correlação alta e positiva entre as exportações brasileiras e as exportações chinesas para a mesma região em questão.

As conclusões dos resultados das exportações brasileiras e das exportações chinesas para a América Latina e a África corroboraram com as conclusões de diferenciação entre Brasil e China apontadas por De Holanda (2011). Essas conclusões indicam que as exportações chinesas ao longo do globo apontam para uma perda de exportações brasileiras em alguns de seus mercados tradicionais como América do Sul e África.

Por outro lado, um dos aspectos de aproximação entre Brasil e China apontado por De Holanda (2011) é que a China pode estimular a recepção de investimentos produtivos de absorção de alta tecnologia no Brasil. Além disso, a China pode prover investimentos que compensem a insuficiência de poupança doméstica e que também sanem os gargalos da infraestrutura brasileira. Tais proposições sustentam também argumentos daqueles que são considerados otimistas por Cunha (2011).

Para verificar quais são os tipos de investimentos chineses no Brasil será apresentado o gráfico 16 abaixo e dessa forma poderá observar se de fato os investimentos da China são aqueles que se pautam na absorção de alta tecnologia e também solucionam problemas com a infraestrutura brasileira.

Gráfico 16: Valor de projetos de investimento chineses no Brasil em 2013

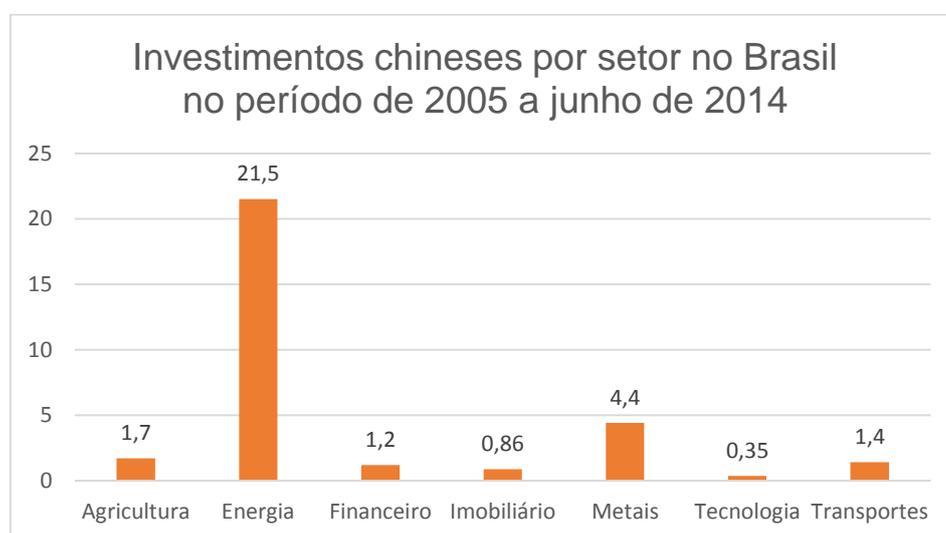


Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados do Boletim de Investimento Chineses no Brasil 2012 -2013, Conselho Empresarial Brasil – China (CEBC) - 2014

No gráfico 16 acima percebemos que pouca parcela dos investimentos chineses em 2013 foi para absorção de alta tecnologia e para solução de gargalos na infraestrutura brasileira. Maior parte desses investimentos foi para o setor primário da economia brasileira, seja na forma de energia (como petróleo e gás) seja na forma de agronegócios.

Segundo os dados da *The China Global Investment Tracker* criado pela *American Enterprise Institute* e pela *The Heritage Foundation*, os investimentos chineses no mundo de 2005 até junho de 2014 foram de aproximadamente 870,4 bilhões de dólares. Desse total, apenas 31,4 bilhões de dólares foram destinados ao Brasil, o que representa aproximadamente 3,4% do total de investimentos chineses no período em questão. Para análise de investimentos no Brasil no mesmo período, será apresentado o gráfico 17 abaixo:

Gráfico 17: Investimentos chineses por setor no Brasil no período de 2005 a junho de 2014



Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados do *The China Global Investment Tracker*, *American Enterprise Institute* e *The Heritage Foundation* - 2015

Os dados do gráfico 17, corroboram as conclusões a partir do gráfico 16, o que nos faz compreender que os investimentos no ano de 2013 não estão à parte da tendência de investimentos chineses no período de aproximadamente dez anos que vai de 2005 a julho de 2014. Em outras palavras, no período próximo de dez anos, de 2005 a junho de 2014, os investimentos chineses se concentraram no setor primário da economia brasileira (agricultura, energia e metais) e pouco se concentraram na solução de problemas de infraestrutura no Brasil, contrário ao que apontam os analistas otimistas.

Essas conclusões a respeito dos investimentos chineses diretos no Brasil apontam para uma reflexão semelhante à de Arbache (2011) na qual a China

contribui por meio de seus investimentos para fomentar, reforçar, encorajar e estimular a produção e a exportação de produtos básicos e a estagnação da produção industrial no Brasil. Essa evidencia é reforçada por meio de investimentos e créditos normalmente vinculados a projetos de produção, logística ou comercialização de produtos básicos (ARBACHE, 2011).

No início desse capítulo foi apontado a crescente importância da China para o Brasil conforme pode ser visto no gráfico 1 onde as exportações brasileiras para China são crescentes ao longo do tempo. Dessa forma, os chineses se tornam o principal parceiro comercial do Brasil. Tal fato foi possível dado uma estabilização das exportações aos Estados Unidos e uma queda nas exportações para União Europeia conforme visto no gráfico 2 e no gráfico 3.

No entanto, se a China é de extrema importância hoje em dia para a economia brasileira, o inverso não é válido. Em outras palavras, o Brasil não tem a importância que a China atribui ao Brasil. Tal fato pode ser ilustrado pela tabela 9 abaixo que mostra os principais parceiros comerciais da China:

Tabela 9: Principais parceiros comerciais da China em 2014

País	Balança comercial em US\$ bilhões em 2014
1. Estados Unidos	557,30
2. Hong Kong	376,09
3. Japão	312,64
4. Coreia do Sul	290,64
5. Taiwan	198,53
6. Alemanha	177,75
7. Austrália	137,13
8. Malásia	102,06
9. Rússia	95,31
10. Brasil	86,83

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados do ITC, Trade Map - 2015

Mesmo sendo o Brasil o parceiro econômico mais importante da China na América Latina em termos de valor, o Brasil ocupa a décima posição de principal parceiro comercial da China em nível global. A balança comercial brasileira com

a China é aproximadamente 15% da balança comercial da China com os Estados Unidos, o principal parceiro comercial chinês. Tal fato, de que o Brasil não é tão importante para a China da forma que a China é importante para o Brasil, corrobora a análise daqueles que Cunha (2011) classificam como pessimistas em relação ao comércio sino-brasileiro.

Dessa forma, esse estudo ratifica os elementos de diferenciação entre Brasil e China levantados por De Holanda (2011). Entre os pontos destacados se encontram a forma de olhar a composição da pauta comercial entre os dois países e a possibilidade de sobrevalorização das *commodities*. Conforme visto, essa sobrevalorização das *commodities* gera perda de dinamismo do setor manufatureiro nos setores tradicionais como têxteis, vestuários, calçados ao priorizar a produção de produtos básicos, o que é verificado na concentração da pauta comercial brasileira em *commodities*.

A concentração da pauta comercial brasileira em *commodities* somada aos investimentos diretos chineses em setores básicos e produtores de matéria-prima podem gerar uma primarização da economia brasileira conforme apontado por Arbache (2011). Além do perigo da primarização, foi mostrado que a relação comercial com a China revela indícios da perda de exportações brasileiras em mercados tradicionais como América do Sul e África.

De acordo com De Holanda (2011), os contra-argumentos para diferenciação do Brasil e da China são que a relação com a China promove ganhos de comércio, estimula a recepção de investimentos produtivos de absorção de alta tecnologia e também estimula investimentos que compensem a insuficiência de poupança doméstica e sanam os gargalos de infraestrutura e dessa forma dão lugar a uma aproximação sino-brasileira. No entanto nem todos esses pontos podem ser verificados na relação do Brasil com a China.

A relação sino-brasileira de fato promove ganhos de comércio para os dois países conforme o primeiro ponto de aproximação levantado por De Holanda (2011). No entanto, não se verifica a recepção de investimentos produtivos que visam a absorção de alta tecnologia, visto que maior parte desses investimentos vai para o setor primário da economia. Da mesma forma, não é possível asseverar que esses investimentos sanam o gargalo da infraestrutura

pelo mesmo argumento de que os mesmos investimentos chineses vão em sua maioria para o setor produtor de produtos básicos da economia brasileira.

Por fim, o argumento otimista, de que o aumento nos termos de troca que pode gerar efeito renda, efeito câmbio e efeito balança de pagamentos que levantado Barbosa (2011) possui um contra-argumento. Os mesmos termos de troca, quando não estão mais elevados ou não fazem crescer os preços das *commodities*, conforme aponta Gruss (2014), fazem com que os PIB dos países que dependem desses preços não cresçam como cresceriam comparados aos períodos de crescimento nos preços de *commodities*.

Dessa forma o efeito renda de aumento da demanda doméstica por produtos nacionais e importados, ao mesmo tempo que estimularia o investimento não se verifica. O efeito câmbio de apreciação da moeda nacional, que tende a reduzir pressões inflacionárias, também não ocorre com uma queda nos termos de troca. E o efeito balança de pagamentos que prevê um aumento do saldo comercial e do saldo em conta corrente da economia decorrido da elevação dos meios de troca e, assim, uma menor dependência de recursos externos, que reduz a vulnerabilidade externa da economia, também não se verifica quando os termos de troca não estão elevados.

Esse capítulo pretendeu responder as perguntas: “quais são os principais impactos da relação Brasil e China na economia brasileira? Esses impactos estão mais próximos dos elementos positivos ou negativos levantados pelos analistas?” que foram levantadas na introdução. Respondendo às perguntas, foi visto que a relação com a China está mais próxima dos elementos negativos levantados pelos analistas do que dos elementos positivos. Os principais impactos da relação Brasil e China na economia brasileira são a primarização levantado por Arbache (2011), a perda de exportações para mercados tradicionais como África e América do Sul, que foi levantado por Cunha (2011) e a perda de competitividade em alguns setores manufatureiros nacionais, especialmente têxteis e vestuários conforme foi levantado por De Holanda (2011).

4. FUTURO E PERSPECTIVAS DA RELAÇÃO BRASIL E CHINA

No início dessa monografia, foi apontada a controvérsia a respeito de como classificar a relação Brasil e China. Segundo Cunha (2011), há autores que são otimistas diante dessa relação, assim como há autores que são pessimistas ao analisarem a mesma parceria.

Os otimistas se caracterizam, sobretudo, pela análise de que a demanda chinesa seria uma alavanca para a internacionalização de setores de produção e industrialização de bens intensivos em recursos naturais, os quais gerariam renda, empregos e divisas para o Brasil. Já os pessimistas enxergam comércio sino-brasileiro como uma possibilidade de gerar uma involução na economia brasileira, com o Brasil retornando a uma posição semelhante àquela dos anos anteriores a 1930, de uma economia primário-exportadora.

Assim como Cunha (2011), De Holanda (2011) aponta aspectos controversos na relação Brasil e China. O mesmo autor divide esses pontos em aspectos de aproximação entre os dois países e aspectos de diferenciação entre os mesmos. Os aspectos de aproximação para De Holanda (2011) se assemelham da análise de Cunha (2011) para classificar os autores otimistas, enquanto os aspectos de diferenciação para De Holanda (2011) estão em linha com os argumentos dos autores pessimistas para Cunha (2011).

Entre os principais elementos de aproximação entre Brasil e China encontram-se as metas compartilhadas como inclusão social, aumento dos gastos com educação, universalização da previdência social, reaparelhamento de indústrias tradicionais em conjunto com desenvolvimento de indústrias estratégicas emergentes (como biotecnologia e nanotecnologia) e adoção de paradigmas da economia verde como redução da intensidade energética e ampliação da participação das energias renováveis no processo produtivo. Já entre os elementos de diferenciação está a composição da pauta comercial entre os dois países, que foi objeto de análise dessa monografia. Nessa pauta comercial, enquanto o Brasil exporta *commodities* para os chineses, a China exporta produtos manufaturados para os brasileiros, caracterizando uma relação assimétrica de padrão Norte-Sul.

Além desses pontos levantados, também foi apresentada a visão de um autor otimista em relação a parceria Brasil China, assim como foi apresentada a visão de um autor pessimista sobre o mesmo tema. O autor otimista em questão é Nelson Barbosa, atual Ministro do Planejamento Orçamento e Gestão, já o autor pessimista citado é Jorge Arbache, professor da Universidade de Brasília.

Para o primeiro autor, o saldo chinês para o Brasil é positivo, uma vez que a expansão dessa economia gera um bônus macroeconômico que pode ser usado para financiar o desenvolvimento de diversificação produtiva da economia brasileira (BARBOSA, 2011). Esse saldo positivo viria, sobretudo, do aumento dos termos de troca brasileiros causado pela China que causa efeito renda, efeito cambio e efeito balança de pagamentos na economia brasileira. Já para o segundo autor, a relação Brasil China pode levar à primarização da economia brasileira, uma vez que predominam no comércio bilateral sino-brasileiro a exportação matérias-primas e *commodities* por parte do Brasil e a exportação produtos manufaturados por parte da China (ARBACHE, 2011).

Mesmo levantando a questão da controvérsia entre a parceria sino-brasileira, De Holanda (2011) possui recomendações pragmáticas para o Brasil a respeito da relação com a China. Entre essas recomendações destacam-se a diversificação da pauta de exportações brasileiras uma vez que para o mesmo autor, a atual configuração dessa pauta não é condizente com aquilo que o Brasil quer para si. Além disso, segundo De Holanda (2011), essa pauta comercial também não é condizente com a potencialidade brasileira, em termos de tradição industrial, atratividade para investimentos externos, dotação de recursos naturais, fontes energéticas renováveis e capacitação tecnológica.

Outra recomendação levantada por De Holanda (2011) é a necessidade de estimular fórmulas de associação de Brasil e China para a produção mútua de conhecimento, notadamente em segmentos de alta tecnologia. Dessa forma, nanotecnologia, biogenética, recursos agrários, satélites e tecnologia bancária de informação são alguns dos segmentos fadados a esse tipo de interação segundo o mesmo autor.

As recomendações de De Holanda (2011) para o Brasil em relação à parceria Brasil e China não diferem muito das recomendações de Barbosa

(2011) e Arbache (2011), mesmo esses dois autores estando em polos diferentes em suas análises acerca da relação bilateral sino-brasileira. Ambos os autores, como será discutido, pregam a diversificação da pauta de exportações brasileiras para China e algum tipo de associação sino-brasileira para produção de conhecimento e tecnologia ou então de bens e serviços.

Para Barbosa (2011), a estratégia do Brasil para sua relação bilateral com a China é simples: diversificar a pauta de exportações para China, com aumento na participação de produtos industrializados. Além disso, o Brasil também deve aumentar os condicionantes para que produtores chineses acessem o mercado brasileiro, incentivando a parceria chinesa com firmas brasileiras, a execução de pesquisa e desenvolvimento no Brasil e o investimento de firmas chinesas no Brasil através da produção local de bens e serviços. Esses pontos possuem relação com a recomendação de associação sino-brasileira levantada por De Holanda (2011). A diferença é que para Barbosa (2011) essa associação deve ser visando a produção de bens e serviços e não de conhecimento e tecnologia.

Além dessas duas recomendações feitas por Barbosa (2011) que guardam semelhança com De Holanda (2011), esse autor também aponta uma terceira sugestão: a do Brasil desenvolver com a China uma colaboração técnica e financeira maior para realização de grandes projetos de infraestrutura na América Latina e na África. Esse último ponto está de acordo com o atual anúncio de investimento chinês na construção de uma ferrovia que liga o Oceano Atlântico ao Oceano Pacífico e que cruza a América do Sul.

Arbache (2011) também possui recomendações ao Brasil com respeito à sua relação com a China em linha com aquelas feitas por De Holanda (2011) e Barbosa (2011). A primeira dessas recomendações é uma maior simetria no padrão de comércio sino-brasileiro. Em outras palavras, é preciso que o Brasil busque maior equilíbrio nesse comércio fazendo com que a China abra mais os seus mercados para seus produtos manufaturados. Além disso, Arbache (2011) argumenta que poderiam ser estabelecidas metas de elevação do comércio intraindustrial, metas de agregação de valor por empresas chinesas das áreas de recursos naturais operando em território brasileiro e metas de conteúdo local por empresas chinesas de bens manufaturados operando no Brasil. Dessa forma,

se estaria estabelecendo também uma associação sino-brasileira para produção de bens e serviços.

Outra recomendação apontada por Arbache (2011) é o uso de maior convergência de regras comerciais e de competição de forma a inibir práticas prejudiciais de competição. Tal fato ocorreria pelo reconhecimento das diferenças das políticas econômicas dos dois países, especialmente na área cambial, e de seus impactos no comércio bilateral com o Brasil e no comércio com terceiros mercados, o que acirra a concorrência com bens e serviços brasileiros, conforme discutido nesse trabalho.

Arbache (2011) também aponta uma outra sugestão para o Brasil e sua relação com a China, sendo essa sugestão semelhante à última apontada por Barbosa (2011). Para Arbache (2011), é preciso que haja maior participação dos investimentos chineses em áreas prioritárias para o Brasil, como infraestrutura e investimentos *greenfield*. Além disso, o mesmo autor aponta que é necessária maior diversificação setorial dos investimentos e financiamentos chineses e o encorajamento de investimentos chineses que envolvam parcerias e transferências de tecnologia da China para o Brasil.

Conforme visto, autores que levantam a controvérsia entre Brasil e China, autores otimistas em relação à essa parceria e autores pessimistas em relação à mesma possuem recomendações semelhantes para o Brasil em seu relacionamento com a China. Dessa forma, é possível argumentar que a pauta de comércio assimétrica entre os dois países é um ponto que chama atenção.

Outro ponto que também mereceu destaque é a associação dos dois países seja para produção de bens e serviços, seja para o desenvolvimento de tecnologia. Com isso, é possível argumentar também que o Brasil não está extraindo ao máximo o que a relação bilateral com a China pode oferecer.

O Brasil já teve uma oportunidade de esclarecer por meio de um documento formal quais eram seus objetivos em relação à parceria com a China em junho de 2008. Esse documento foi a Agenda China, resultado de uma série de estudos, cujo objetivo central visou o fortalecimento das relações comerciais sino-brasileiras, em que o Brasil deixou claro suas metas com esse parceiro para o ano de 2010 (BRASIL, 2008).

O documento Agenda China foi elaborado a partir de um trabalho coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), em parceria com os Ministérios das Relações Exteriores (MRE) e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), com a participação do Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC) e da Confederação Nacional da Indústria (CNI). A Agenda China se desdobrou em análises aprofundadas para determinados setores e um calendário consolidado de atividades com foco no mercado chinês.

Os objetivos da Agenda China eram atrair investimentos chineses para o Brasil em 2010 e triplicar as exportações brasileiras para China até o mesmo ano (BRASIL, 2008). Para alcançar a primeira meta, a Agenda China apresentou medidas pontuais para ampliar a atração de investimentos chineses para o Brasil, principalmente, em áreas de infraestrutura e logística. Para alcançar a segunda meta, a Agenda China identificou setores com potencial de expansão das exportações para o mercado chinês. Durante esse estudo foram apontados 619 produtos como prioritários para o Brasil no mercado chinês, sendo que desses 619 produtos, 147 deles foram selecionados como alvo de ações imediatas na época (BRASIL, 2008).

Em relação aos 619 produtos classificados como prioritários em 2007, representaram 67% do total das importações chinesas, cuja pauta total somou 5.637 produtos. Na época, maior parte da pauta comercial brasileira para China consistia em produtos básicos e em *commodities* segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior (2007). Contudo, do total dos 147 produtos que fizeram parte das ações imediatas do governo, encontram-se: petróleo e derivados, metais não-ferrosos, papel e celulose, produtos minerais, químico, carne de aves e suína, peles e couro, instrumentos de precisão, metalúrgicos, ferramentas, tintas e farmacêuticos (BRASIL, 2008).

Dessa forma, é possível concluir que a maior parte dos produtos classificados como prioritários pelo Brasil ao mercado chinês consistia de produtos básicos e *commodities*. O mesmo pode ser dito para os 147 produtos alvos de ações imediatas do governo. Assim, a Agenda China, não corroborou nem incorporou as recomendações tanto de autores que apontam para as

controvérsias do comércio Brasil e China, assim como os autores otimistas e pessimistas em relação a essa parceria.

É possível afirmar que essas recomendações feitas pelos autores acima citados ocorreram em um momento posterior à elaboração da Agenda China. No entanto, mesmo se aceitando esse argumento, é possível constatar que o Brasil considerou como relevante a expansão das exportações de matéria-prima e *commodities* ao invés de produtos manufaturados e industrializados conforme propuseram posteriormente Barbosa (2011) e Arbache (2011).

Em relação aos investimentos que o Brasil procurou atrair da China, encontram-se os setores: siderúrgico, mineração, eletrônicos, motocicletas, logística, terminais portuários, complexo agrícola e biocombustíveis (BRASIL, 2008). No que se refere aos investimentos em logística, ressalta-se que já no início do século XXI a Agenda China faz menção a uma aspiração antiga do governo brasileiro que era a chamada no documento de “Saída para o Pacífico”. Essa alternativa seria viabilizada pelo modal ferroviário reduzindo os custos e facilitando o escoamento da produção de grãos e de minérios dos Estados de Goiás, Tocantins, Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul para os países da Bacia do Pacífico (BRASIL, 2008).

Essa “Saída para o Pacífico” foi anunciada, recentemente, como projeto de investimento chinês na América Latina. No entanto, nota-se desde a sua proposição a sua função de escoamento de matérias-primas e *commodities* do Brasil para o mercado chinês, o que não foge do mesmo princípio que selecionou os 619 produtos prioritários do Brasil para China e também os 127 produtos para alvo de ação imediata. Em outras palavras, o Brasil adotou como princípio, tanto para investimentos como para promoção comercial, os produtos básicos e *commodities* ao invés dos industrializados e manufaturados.

Dessa forma, a queixa feita pela presidente Dilma Rousseff em sua visita à China em 2011 de que a parceria com a China seria uma relação semicolonial foi um ponto de inflexão na forma do Brasil encarar sua parceria com a China. A atual presidente baseou-se no fato de o Brasil exportar, basicamente, produtos primários e importar produtos industriais da China.

No entanto, apenas reconhecer o que seria denominado de relação semicolonial não é suficiente. O Brasil necessitaria alterar seus produtos prioritários para exportação com a China e estimular o investimento chinês em setores com elevada tecnologia e valor agregado conforme recomenda Arbache (2011) ou então, de investimentos em pesquisa e em desenvolvimento em território nacional como aponta Barbosa (2011). No relacionamento atual, o Brasil aparenta não saber que tipo de relação quer com a China, uma vez que elabora um documento, a Agenda China, em 2008, designando como a maioria dos produtos prioritários produtos básicos e *commodities* para três anos depois, em 2011, se queixar desse tipo de relação, afirmada e fundamentada por tomadas de decisões próprias.

Ao retomar o capítulo dois desse trabalho, relembra-se do crescente aumento das exportações brasileiras para a China ao longo de dez anos, responsável, entre outras coisas, pelo fato da China se tornar o principal parceiro comercial do Brasil na atualidade. Foi abordado que esse aumento de exportações para a China se deu em conjunto com a diminuição de exportações para outros mercados como Estados Unidos e União Europeia.

Dessa forma, uma possível recomendação a ser feita ao Brasil é a diversificação de seus parceiros comerciais e não apenas a concentração das exportações do país para a China. Caso haja essa concentração, é possível que se crie uma dependência do mercado chinês prejudicial ao Brasil caso o PIB da China não cresça a níveis que aumentem os preços do mercado mundial de *commodities*, conforme apontado por Gruss (2014).

Barbosa (2011) organiza as fontes da forte competitividade chinesa em nove fatores: a taxa de câmbio desvalorizada, os incentivos tributários para exportação, as barreiras não tarifárias as importações, as economias de escala, os salários relativamente baixos, a ausência de um sistema de proteção social, o financiamento subsidiado, as restrições condicionantes à entrada no mercado chinês e a melhora na infraestrutura.

Esses nove fatores listados por Barbosa (2011) ajudam a compreender o porquê da predominância de produtos chineses manufaturados no mercado brasileiro. Conforme visto no capítulo anterior, tal fato promove a perda de

dinamismo em setores tradicionais da indústria como têxteis, confecção de vestuários e acessórios e calçados.

Em relação ao futuro da relação sino-brasileira, é possível argumentar que a tendência atual não irá mudar. Em outras palavras, o Brasil continuará exportando matérias-primas e *commodities* para a China enquanto continuará importando produtos manufaturados. É possível sustentar esse argumento uma vez que o Brasil não possui políticas que visam à reversão desta tendência do comércio com a China e também por conta dos investimentos chineses no Brasil.

Conforme visto, os investimentos chineses no Brasil se caracterizam sobretudo, por fomentar, reforçar, encorajar e estimular a produção e a exportação de produtos básicos e a estagnação da produção industrial no Brasil conforme argumenta Arbache (2011). Não é vista nenhuma tendência de investimento chinês que possa reverter esse quadro.

A situação de exportações de manufaturados e importações de matérias-primas e *commodities* é benéfica para a China e portanto, não haveria nenhum motivo *a priori* para o país querer mudar esse quadro em favor de uma tendência que beneficie o Brasil. Uma tendência que beneficiaria o Brasil seria uma de maiores exportações de produtos manufaturados ao invés de matérias-primas e, de ao mesmo tempo, uma menor importação de produtos manufaturados chineses concorrentes com os produtos domésticos.

No entanto, conforme mencionado na seção passada, os objetivos da China para o Brasil, segundo Ratliff (2009) são: i) comprar matérias-primas necessárias para o desenvolvimento chinês; ii) exportar produtos manufaturados à região; iii) reduzir o status absoluto de superpotência dos EUA na região afim de promover um mundo multipolar; e iv) eliminar Taiwan como possível rival político e econômico nesse hemisfério.

Em nenhum desses objetivos listados acima vemos uma indicação da inversão do atual padrão de comércio da China com o Brasil, em que o primeiro exporta manufaturas e o segundo exporta *commodities*. O mesmo pode ser observado em relação aos objetivos do Brasil e da América Latina para sua relação com a China, segundo Ratliff (2009), que são: i) a possibilidade da China ser uma fonte alternativa de poder e influência em relação aos Estados Unidos,

o que é manifestado por meio de comércio e investimentos chineses; ii) a possibilidade da China ser um novo mercado para os produtos brasileiros e latino-americanos em especial para a venda de matérias-primas que promovem o crescimento doméstico e reduzem a dependência excessiva em um único país, no caso os Estados Unidos; iii) o aumento do investimento estrangeiro direto por meio de investimentos chineses; e iv) o fato da China ser uma fonte de comércio e investimento diferente da fonte norte-americana, o que promove a diversificação regional e nacional de cada país em termos econômicos e políticos.

Nos objetivos do Brasil em relação à China, não se observa nenhuma tendência clara que vise alterar o atual padrão de comércio entre os dois países. Tal fato de certa forma, reforça a tendência contemporânea que deve ser mantida para os próximos anos da relação bilateral sino-brasileira.

O atual anúncio, feito durante a visita do Primeiro Ministro chinês em Brasília, em maio de 2015 que prevê investimentos chineses no Brasil e na América Latina também contribui para perda de espaço político econômico do Brasil dentro da região para os chineses. Tal fato ocorre uma vez que a China pretende financiar projetos de infraestrutura na região que facilitem o comércio bilateral com esses países, em detrimento de comércio bilateral com Brasil.

Conforme visto na seção passada, uma das formas de se medir a perda de importância do Brasil para América Latina é observar as exportações desse país para região ao longo do tempo. Enquanto as exportações brasileiras para América do Sul decrescem ao longo do tempo, as exportações da China para América Latina aumentam, o que apresenta uma perda de espaço do Brasil para a China para esse conjunto de países.

O mesmo pode ser afirmado em relação ao continente africano. Enquanto o Brasil diminui suas exportações ao longo do tempo, a China aumenta. Assim como para a América Latina, a China não possui interesse em reverter este quadro. Em ambos os casos, para que isso aconteça, a iniciativa deveria vir do Brasil.

Dessa forma, além de não reverter o atual padrão de comércio sino-brasileiro, a relação com a China e da China com parceiros tradicionais brasileiros faz com que o Brasil perca espaço e importância com seus parceiros

comerciais latino-americanos e africanos. Além disso, não é observada nenhuma ação para reverter essa tendência atual, o que indicia que ela deve permanecer nos próximos anos.

Na seção passada, foram explorados dados de comércio entre o Brasil e a China como total de exportações, importações de determinados produtos e pauta de exportações e importações. Nessa seção, o que se segue será a apresentação de dados de comércio em valor agregado.

Mesmo tendo um saldo positivo para balança comercial em valor agregado com a China, o Brasil deve esse fato à presença de maiores valores agregados exportados de matérias-primas e *commodities* ao invés de manufaturas e produtos industrializados. A tabela 10 apresenta o resultado da balança comercial brasileira em valor agregado com a China segundo a base de dados TiVA (*Trade in Value Added*) que é elaborada pela OCDE.

Tabela 10: Balança comercial do Brasil com a China em valor agregado

Ano	Balança Comercial do Brasil com a China em Valor Agregado em US\$ milhões
1995	293,33
2000	318,46
2005	1.442,63
2008	-1.273,79
2009	3.091,41
2010	2.524,75
2011	6.329,69

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados do TiVA, OCDE - 2015

Na tabela 10, observamos que o Brasil possui em seis de sete períodos um saldo positivo em valor agregado com a China. Tal fato é positivo para o Brasil uma vez que o Brasil consegue agregar mais valor aos seus produtos exportados para China em relação ao valor agregado dos produtos importados.

No entanto, esse resultado se deve principalmente ao valor agregado em *commodities* e matérias-primas e não em produtos industrializados e manufaturados. Quando comparamos a balança comercial em valor agregado

de produtos manufaturados do Brasil com a China, vemos que esse saldo é negativo, conforme pode ser observado na tabela 11 abaixo.

Tabela 11: Balança comercial em valor agregado do Brasil com a China para manufaturas

Ano	Balança Comercial em Valor Agregado do Brasil com a China para Manufaturas, em US\$ milhões
1995	16,17
2000	-138,11
2005	-661,47
2008	-5.616,64
2009	-3.318,11
2010	-6.247,36
2011	-8.488,22

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados do TiVA, OCDE - 2015

Quando comparamos os resultados da balança comercial em valor agregado total com a balança comercial em valor agregado das manufaturas é possível perceber que há outros tipos de produtos que contribuem ao saldo positivo da primeira, que não sejam manufaturas. Em outras palavras, os produtos que não são manufaturas são os que fazem com que o saldo comercial brasileiro em valor agregado fique positivo em relação à China.

Tal fato fica evidenciado quando observamos a balança comercial em valor agregado para produtos agrícolas, de caça, floresta e pesca e a balança comercial em valor agregado para minérios e pedras. Eles são apresentados na tabela 12 e na tabela 13 que seguem abaixo.

Tabela 12: Balança comercial em valor agregado do Brasil com a China em produtos agrícolas, de caça, floresta e pesca

Ano	Balança Comercial em Valor Agregado do Brasil com a China em produtos agrícolas, de caça, floresta e pesca, em US\$ milhões
1995	41,33
2000	151,99
2005	741,08
2008	1.273,08
2009	1.582,17
2010	1.493,17
2011	2.809,28

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados do TiVA, OCDE - 2015

Tabela 13: Balança comercial em valor agregado do Brasil com a China para minérios e pedras

Ano	Balança Comercial em Valor Agregado do Brasil com a China para minérios e pedras, em US\$ milhões
1995	29.31
2000	69.46
2005	471.08
2008	2.235,39
2009	2.139,81
2010	4.822,69
2011	7.335,42

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados do TiVA, OCDE - 2015

A balança comercial brasileira com a China em valor agregado de produtos básicos e matérias-primas, conforme ilustrado por alguns desses produtos na tabela 12 e na tabela 13, supera o valor da balança comercial brasileira com a China em valor agregado de manufaturas. Dessa forma, o saldo final é positivo, mas é devido ao fato do Brasil agregar mais valores nas

exportações de matérias-primas e *commodities* do que importar valor agregado dos produtos manufaturados chineses.

Mesmo tendo uma balança comercial em valor agregado positivo com a China, o Brasil possui déficits em valor agregado de setores manufaturados e superávits em valor agregados de matérias-primas e *commodities*. Em outras palavras, a balança comercial em valor agregado reforça a tendência de país exportador de matérias-primas e *commodities* para China, enquanto esse parceiro exporta para o Brasil seus produtos manufaturados.

Dessa forma, as conclusões de Sarquis (2011) de que o comércio do Brasil com a China apresenta padrões assimétricos do tipo Norte e Sul também são observadas para o comércio com valores agregados. Conforme visto, em termos agregados, o Brasil tem um déficit no setor de manufaturados, enquanto possui um superávit com a China em matérias-primas e *commodities*.

Outro fato que chama atenção no atual comércio do Brasil com a China é a queda das exportações brasileiras para China ocorrida a partir de 2014. Conforme visto na seção passada, as exportações do Brasil para a China foram de aproximadamente 40,62 bilhões de dólares em 2014. Tal cifra representa uma queda de aproximadamente 12% em relação ao número registrado em 2013 que foi de 46,03 bilhões de dólares aproximados de exportações brasileiras à China.

A queda das exportações brasileiras à China ainda é mais acentuada quando se compara aos números disponíveis de 2015 de janeiro a maio disponibilizados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Os números serão apresentados na tabela 14 abaixo:

Tabela 14: Exportações brasileiras para China em US\$ dólares

	2014	2015
Janeiro	2.178.163.689	1.344.635.515
Fevereiro	2.846.884.917	1.532.461.013
Março	4.556.792.099	3.312.672.966
Abril	4.487.340.344	3.435.459.523
Maió	5.019.539.299	4.108.960.626
Total	19.088.720.348	13.734.189.643

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados da SECEX/MDIC - 2015

No número final da tabela percebemos que as exportações brasileiras para China de janeiro a maio de 2014 totalizaram aproximadamente 19 bilhões de dólares. Já para o mesmo período em 2015, as exportações brasileiras para China registraram aproximadamente 14 bilhões de dólares. A queda no valor das exportações no período de janeiro a maio de 2014 e de 2015 foi de quase 30%.

Em relação às exportações da China para o Brasil, os números são quase os mesmos de 2013 para 2014. Enquanto para o ano de 2013 as exportações da China para o Brasil totalizaram 37.303.817.486 bilhões de dólares e esse número foi de 37.344.631.066 bilhões de dólares em 2014, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Em outras palavras, a variação das exportações da China para o Brasil de 2013 para 2014 foi muito pequena quando comparada com a variação das exportações do Brasil para a China no mesmo período.

Já em relação aos primeiros meses de 2015, a tendência das exportações chinesas ao Brasil é a mesma encontrada para os anos de 2013 e 2014, ou seja, variam muito pouco. Os números serão demonstrados na tabela 6 abaixo.

Tabela 15: Exportações chinesas para o Brasil em US\$ dólares

	2014	2015
Janeiro	4.005.000.988	3.703.011.529
Fevereiro	2.977.000.892	2.768.964.246
Março	2.765.963.588	3.192.511.109
Abril	2.914.470.424	2.487.242.907
Maior	3.100.363.898	2.269.725.207
Total	15.762.799.790	14.421.454.998

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados da SECEX/MDIC - 2015

Conforme apresentado na tabela 6, as exportações da China para o Brasil de janeiro a maio de 2014 totalizaram aproximadamente 16 bilhões de dólares, enquanto as exportações de janeiro a maio de 2015 totalizaram aproximadamente 14,5 bilhões de dólares. A queda nas exportações chinesas para o Brasil nesse período foi de aproximadamente 9%, o que é muito inferior quando se compara à queda de quase 30% das exportações brasileiras para a China que ocorreu durante o mesmo período.

Não é possível afirmar se essa queda acentuada das exportações brasileiras para a China, tanto de 2013 para 2014, como de janeiro a maio de 2014, e de janeiro a maio de 2015, é algo pontual na relação bilateral dos dois países ou, então, uma nova tendência que se seguirá para os próximos anos. Em relação às exportações chinesas ao Brasil, os valores têm permanecido estáveis para os últimos dados disponíveis, ao contrário das exportações brasileiras para a China.

Conforme visto no primeiro gráfico da seção passada o grande salto das exportações brasileiras para a China ocorreu no ano de 2010 para 2011, saindo de 30,79 bilhões de dólares para 44,31 bilhões de dólares em valores aproximados. Esse aumento representa um crescimento de quase 44% nas exportações brasileiras durante esses anos. Cabe agora questionar se essa tendência que começou na virada de 2010 para 2011 poderá se reverter ou não, diante dos novos números de 2014 e 2015.

Essa seção pretendeu responder as perguntas: “quais medidas de política o Brasil pode adotar em relação à China? Quais as perspectivas da relação sino-brasileira? O padrão atual da parceria tende a continuar em um futuro próximo?” que foram levantadas na introdução. Respondendo à primeira pergunta, conforme levantada por Arbache (2011), Barbosa (2011) e Barbosa (2011), o Brasil deve diversificar sua pauta de exportação e estimular fórmulas de associação de Brasil e China para a produção mútua de conhecimento, tecnologia e bens e serviços. Além disso, Arbache (2011) e Barbosa (2011) apontam sugestões de políticas que estimulem investimentos chineses em áreas prioritárias como infraestrutura e investimentos *greenfields*. Em relação à segunda pergunta, foi visto uma tendência de queda nas exportações brasileiras para China nos últimos dados, porém não é possível afirmar se isso irá permanecer nos próximos anos. Em relação à última pergunta, o atual padrão de comércio Brasil e China deve continuar nos próximos anos, uma vez que não é visto nenhum esforço que além do discurso político para mudar esse padrão de comércio.

5. CONCLUSÃO

Ao longo desse trabalho, foram apresentadas visões contrastantes a respeito de como encarar a relação Brasil e China. De acordo com a classificação de Cunha (2011) há os otimistas, representados pela análise de Barbosa (2011), e os pessimistas, representados pela análise de Arbache (2011).

A respeito da mesma controvérsia, é possível elencar elementos de aproximação e diferenciação de Brasil e China, conforme aponta De Holanda (2011). Essa possibilidade de duplo papel da China em relação ao Brasil e aos países da América Latina também foi levantada no título do artigo de Blázquez-Lidoy, Rodríguez e Santiso (2006) que é “*Angel or devil? China’s trade impact on Latin American emerging markets*” onde é apontado o papel dúbio de anjo ou demônio da China em relação a essas economias emergentes.

Inspirado nessa controvérsia e no título do artigo de Blázquez-Lidoy, Rodríguez e Santiso (2006), intitulou-se esse trabalho como “A relação econômica Brasil e China: oportunidade ou ameaça?”. Cabe agora responder esse questionamento levantado pelo título dessa monografia.

Conforme visto, a China pode trazer muitas oportunidades ao Brasil, sobretudo quando ela aumenta os termos de troca brasileiro. Esse é o principal argumento de Barbosa (2011), considerado um analista otimista dessa relação, uma vez que uma elevação nos termos de troca geraria o efeito renda, o efeito câmbio e o efeito balança de pagamentos.

No entanto, conforme visto, a elevação dos termos de troca desencadeada pela China não é algo que permaneceu nos últimos anos na economia brasileira. Segundo apresentado, nos últimos anos o termo de troca caiu e tende a seguir essa tendência. Dessa forma, se anulariam os efeitos positivos elencados por Barbosa (2011) que seriam o efeito renda, o efeito câmbio e o efeito balança de pagamentos.

Sendo assim, inspirado em outro título de artigo, dessa vez de Arbache (2011), a relação de canto da sereia do Brasil e China vem se concretizando. Tal fato ocorre uma vez que essa relação promove a perda de dinamismo de alguns

setores manufatureiros da economia brasileira, conforme apresentado nesse trabalho, assim como vem perpetuando o padrão norte-sul de comércio, em que o Brasil exporta matérias-primas e *commodities* e importa manufaturas e produtos industrializados.

Não é possível verificar uma atitude para mudança desse padrão de comércio estabelecido com a China. Conforme mencionado, na seção passada, o Brasil não sabe que tipo de relação quer com a China. Em outras palavras, mesmo a presidente Dilma Rousseff reconhecendo que a relação se aproxima de um padrão semicolonial, nada é feito para mudar essa situação.

Antes de surgir esse problema, o Brasil teve a oportunidade de estabelecer padrões de comércio e objetivos específicos para sua parceria com a China. Essa chance de determinar parâmetros para o comércio sino-brasileiro ocorreu por meio do documento Agenda China de 2008. No entanto, o Brasil optou por priorizar as exportações de produtos básicos e de matérias-primas conforme foi apresentado, ao invés de manufaturas e produtos industrializados. Essa escolha apenas fortaleceu o padrão de comércio norte-sul do Brasil e China.

O modelo do documento da Agenda China tende a se estender para relações brasileiras com outros países. Tal fato pode ser visto na recente negociação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) com a União Europeia onde a responsável por negociar a lista de produtos brasileiros a serem privilegiados em futuros acordos é a atual Ministra da Agricultura Kátia Abreu que é conhecida por ser representantes dos interesses dos ruralistas produtores de *commodities*. Sendo assim, a Agenda China, mesmo priorizando as exportações de matérias-primas e *commodities* ao invés de produtos manufaturados, tende ser usada como modelo de futuros estabelecimentos de metas com outros países.

O recente anúncio de investimento de mais de 50 bilhões de dólares da China no Brasil deve ser visto com parcimônia. A julgar pelo atual padrão de investimento da China no Brasil que foi apresentado, é possível que, mesmo que se realize, este também ajude a fomentar, reforçar, encorajar e estimular a produção e a exportação de produtos básicos e a estagnação da produção industrial no Brasil, conforme aponta Arbache (2011).

Outro ponto a ser levantado pelo atual anúncio de investimento chinês no Brasil é a respeito da ferrovia Transoceânica Brasil-Peru. Por ser uma obra de grandes proporções não se sabe se o projeto será viável economicamente ou não, o que compromete a realização e execução do mesmo.

Por fim, refletira sobre a última pergunta levantada na introdução “que conclusões podem se tirar da parceria Brasil e China?” é refletir também sobre a pergunta levantada no título desse estudo: “A relação econômica Brasil e China: oportunidade ou desafio?”. A essas questões argumentar-se que a relação com a China pode ser uma oportunidade para o Brasil, contudo, esta relação apresenta-se mais como uma ameaça dado a sua origem, cenário atual e perspectiva futura em relação ao Brasil. Em outras palavras, o Brasil, parafraseando Arbache (2011), na figura do capitão do barco Homero, ainda não conseguiu tampar os seus ouvidos e os ouvidos da tripulação a bordo para passar pelo canto da sereia chinesa, e continuar rumo ao desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

ARBACHE, J.S., O canto da sereia. Brasil e China no reordenamento das relações internacionais: desafios e oportunidades, Fundação Alexandre de Gusmão, Ministério das Relações Exteriores, p. 227-248, 2011.

ARBACHE, J. S.; PAGE, J., More growth or fewer collapses? A new look at long run growth in Sub-Saharan Africa. World Bank Policy Research Working Paper n. 4384. 2007.

ABDENUR, R., Brazil and its Strategic Relations with China, Germany, and the United States. Latin American Policy, vol. 2: 58–71, 2011.

BANCO MUNDIAL: World Development Indicators. Disponível em <http://data.worldbank.org/data-catalog/world-development-indicators> Acesso 20 de junho de 2015.

BARBOSA, N. H. Oportunidades e desafios criados pelo desenvolvimento Chinês ao Brasil. Brasil e China no reordenamento das relações internacionais: desafios e oportunidades, Fundação Alexandre de Gusmão, Ministério das Relações Exteriores, p. 269-286, 2011.

BARRAL, W., Agenda China: síntese de trabalho. Brasil. Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior, In: Agenda China: ações positivas para as Relações Econômico-Comerciais Sino-Brasileiras. Brasília, 2008.

BAUMANN, R., Some Recent Features of Brazil-China Economic Relations, Economic Commission for Latin America and the Caribbean Office in Brazil, April 2009.

BECARD, D. S. R., O que esperar das relações Brasil-China? Revista Sociologia e Política, Curitiba, v. 19, supl. 1, Novembro, 2011.

BLAZQUEZ-LIDOY, J.; RODRÍGUEZ J.; SANTISO, J., Angel or devil? China's trade impact on Latin American emerging markets. OECD Development Centre Working Paper, n. 252, Paris: OECD, 2006.

BRASIL, Agenda China: ações positivas para as Relações Econômico-Comerciais Sino-Brasileiras. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Brasília, 2008.

CAVALCANTI, T, MOHADDES, K. e HAISSI, M., Commodity prices volatility and the sources of growth. Faculty of Economics, Cambridge University, 2011.

CECB: Conselho Empresarial Brasil - China, Boletim de Investimentos Chineses no Brasil: 2012 - 2013. Rio de Janeiro, 2014

CHINA GLOBAL INVESTMENT TRACKER, American Enterprise Institute e The Heritage Foundation Disponível em <http://www.heritage.org/research/projects/china-global-investment-tracker-interactive-map> Acesso em 20 de junho de 2015.

CUNHA, A. M., A China e o Brasil na nova ordem internacional. Revista Sociologia Política vol.19(1), p. 9-19, 2011.

DE HOLANDA, F. M. B., Relações Brasil-China: Elementos de aproximação e diferenciação. Brasil e China no reordenamento das relações internacionais: desafios e oportunidades, Fundação Alexandre de Gusmão, Ministério das Relações Exteriores, p. 67-80. 2011

FLEURY, A. e FLEURY, M. T. L., China and Brazil in the Global Economy. IDS Bulletin, vol.37, p.71–79, 2006.

FUJITA, E. S., O Brasil. e a China – uma parceria estratégica modelar. Política Externa, São Paulo vol.11.4, 2003.

GRUSS, B. After the boom-commodity prices and economic growth in Latin America and the Caribbean. IMF Working Papers, n.154, 2014.

IBGE: Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia, Banco de Dados Agregados. Disponível em <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/indust/default.asp> Acesso em 20 de junho de 2015.

ITC TRADE MAP: Trade statistics for international business development, International Trade Centre Disponível em <http://www.trademap.org/Index.aspx> Acesso em 20 de junho de 2015.

LEDERMAN, D. e MALONEY, W., Natural resources: neither curse nor destiny. Washington DC: World Bank and Stanford University Press, 2007.

LEDERMAN, D. e MALONEY, W., In search of the missing resource curse. *Economia – Journal of the Latin American and Caribbean Economic Association*, vol.9, p.1-39, 2008.

LOAYZA, N.V, RANCIÈRE, R., SERVÉN, L. e VENTURA, J., Macroeconomic volatility and welfare in developing countries: An introduction. *The World Bank Economic Review*, vol.21, p.343-357, 2007.

MORA, F. O., Sino-Latin American Relations: Sources and Consequences, 1977–1997. *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, 1999.

OLIVEIRA, H A. Os blocos asiáticos e o relacionamento Brasil-Ásia. São Paulo em perspectiva vol.16.1, 2002.

RATLIFF, W., In Search of a Balanced Relationship: China, Latin America, and the United States. Asian Politics & Policy, 2009.

SARQUIS, S.J.B., Comércio Internacional e Crescimento Econômico no Brasil. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, Ministério das Relações Exteriores, 2011.

SECEX, MDIC: Secretaria de Comércio Exterior, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior Disponível em <http://www.mdic.gov.br//sitio/interna/index.php?area=5> Acesso em 20 de junho de 2015.

SHIN, W.K., A China Explicada para Brasileiros, Editora Atlas, São Paulo, 2008.

TIVA: Trade in Value Added, OECD StatExtracts Disponível em http://stats.oecd.org/index.aspx?dataSetCode=CHAPTER_A_EAG2014_BACKUP Acesso em 20 de junho de 2015.

VILLELA, E. V. M., As relações comerciais entre Brasil e China e as possibilidades de crescimento e diversificação das exportações de produtos brasileiros ao mercado consumidor chinês. Grupo de Estudos da Ásia-Pacífico, PUC/SP, 2004.

WINTERS, L. A.; YUSUF, S. Dancing with giants: China, India and the global economy. World Bank, Washington DC. e The Institute of Policy Studies, Cingapura, 2007.